

ATA N.º 10

Sessão Ordinária em junho

Reunião em 15/06/2026

Aos quinze dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, na sua sede, sita na Avenida Dr. Lourenço Peixinho, em Aveiro, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal Luís Miguel Capão Filipe, secretariada pelo Primeiro Secretário Manuel Augusto da Cruz Cartaxo e pela Segunda Secretária Maria Cristina Macedo da Costa e Veiga, e com a presença dos vogais Manuel Veríssimo Póvoa Morgado Marques, Sónia Patrícia Pinto Gomes, Joaquim Manuel da Silva Marques, Leonardo Emanuel Cristino Maio, Arlindo José Vieira Tavares, Armando Oliveira Peres, Catarina Marques da Rocha Barreto, Nelson Alexandre Dias dos Santos, Rui António Alves Amado Cordeiro, Carolina Isabel da Silva Santos, Pedro Manuel Pericão Mónica, Emília Cristina da Cunha Gonçalves, Óscar Emanuel Ratola Branco, Daniel João Bastos Gomes das Neves, Miguel António Costa da Silva, Gonçalo Nuno Caetano Alves, Ana Carlota Teixeira Lopes Ferreira Braga, Ana Maria da Cunha Loura Oliveira, Armando Carlos da Silva Grave, Nuno Teixeira Lopes de Campos Tavares, Matilde Cardoso Pereira Soares Machado, Cláudia Manuela Mesquita da Rocha, Diogo Nuno Pereira Gomes, Cláudia Maria Cruz Santos, Fernando Manuel Martins Nogueira, Rosa Maria Monteiro Venâncio, João Manuel Ferreira Ribeiro, Silvia Saraiva Carvalho Martins, Jorge Miguel da Rocha Gonçalves, Nuno Miguel dos Reis Baptista, João Paulo de Moraes Sarmiento Costa, Catarina Maria Dias Pinheiro Peralta Feio, Marília Fernanda Correia Martins e João Tomás Lopes Paixão.

Pela Câmara Municipal estiveram presentes o seu Presidente Luis Manuel Souto de Miranda e os Senhores Vereadores Rui Manuel Domingues Santos, Ana Cláudia Pinto Oliveira, Pedro Manuel Correia de Almeida, Paula Cristina Dias Urbano Antunes, Rui André Alves Castilho Dias, Leonardo Dinis Oliveira Costa, Maria Isabel Pereira Lopes Vila-Chã e Diogo Manuel Santos Soares Machado.

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a sessão.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, a Segunda Secretária da Mesa deu conhecimento ao plenário das substituições nesta reunião da sessão dos Vogais Armando Manuel Diniz Vieira, Rosa Maria Tavares Santos Aparício e Sara Sandra Resende Tavares

pelos sucedâneos nas listas de candidatura, respetivamente, Manuel Veríssimo Póvoa Morgado Marques, Silvia Saraiva Carvalho Martins e Nuno Miguel dos Reis Baptista. [03](#)

Ainda nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia Sara Alexandra Reis da Rocha e Bruno José das Neves Ferreira se fizeram substituir nesta sessão por Daniel João Bastos Gomes das Neves e Marília Fernanda Correia Martins, respetivamente.

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

Prosseguindo, o Presidente da Mesa informou que ia colocar à votação do plenário as atas das sessões anteriores, em tempo distribuídas por todos os vogais da Assembleia.

De acordo com o previsto no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participam na votação os Deputados Municipais que não estiveram presentes:

Ata n.º 8 – Sessão Ordinária de abril - Reunião de 13/04/2026.

Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade. [04](#)

Não votaram dos presentes nesta reunião da sessão, os Deputados Municipais ou os respetivos sucedâneos: Armando Manuel Diniz Vieira, Ana Carlota Teixeira Lopes Ferreira Braga, Armando Carlos da Silva Grave e Sara Alexandra Reis da Rocha.

Ata n.º 9 – Sessão Ordinária de abril - Reunião de 21/04/2026.

Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade. [05](#)

Não votaram dos presentes nesta reunião da sessão, os Deputados Municipais ou os respetivos sucedâneos: Armando Manuel Diniz Vieira, Armando Carlos da Silva Grave, Cláudia Manuela Mesquita da Rocha, Rosa Maria Monteiro Venâncio, Aurora Celeste Coelho e Silva Cerqueira, Nelson Alexandre Dias dos Santos, Miguel António Costa da Silva e Bruno José das Neves Ferreira

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida na subunidade de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal, dando nota da mais importante e informando os Senhores Deputados que a desejarem consultar, a mesma se encontra disponível nos Serviços para consulta.

(As sessões, nos termos regimentais, têm como suporte o registo áudio de todas as intervenções)

O Presidente da Mesa da Assembleia, leu a “Ordem do Dia” para a Sessão Ordinária, cujos pontos se transcrevem: [06](#)

Ponto 1 – Informação sobre a Atividade Municipal de 01ABRIL26 a 31MAIO26. Apreciação;

Ponto 2 – 2.^a Revisão Orçamental - Autorização para a assunção de compromissos plurianuais – Empreitadas. Apreciação e deliberação;

Ponto 3 – Prestação de Contas Consolidadas 2025 - Consolidação de Contas do Grupo Municipal. Apreciação e deliberação;

Ponto 4 – Lista de Candidatos a Juizes Sociais - Tribunal Judicial da Comarca de Aveiro - Juízo de Família e Menores de Aveiro – Biénio 2026/2028 proposta pela Câmara Municipal de Aveiro. Apreciação e deliberação;

Ponto 5 – Apresentação de propostas para designação de dois cidadãos eleitores para a Comissão Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Aveiro, de acordo com o estabelecido na alínea l), do artigo 17.º, da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, na sua redação atual. Apreciação e deliberação.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Prosseguindo o Presidente da Mesa deu início ao Período Regimental de Antes da Ordem do Dia, solicitando aos Grupos Municipais que indicassem quais os vogais que iam intervir neste ponto.

O Presidente da Mesa deu a palavra aos Senhores Membros da Assembleia.

Membros da Assembleia

Vogal João Tomás Lopes Paixão (LIVRE) - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [08](#)

“Neste período que antecede a ordem do dia, gostaria de assinalar e mostrar a minha solidariedade para com toda a comunidade LGBT, neste que é o mês do orgulho. Apesar dos retrocessos à lei de identidade de género, inclusive com tentativas de acelerar o processo, como se assunto de urgência máxima se tratasse, a comunidade LGBT não deixa e não deixará de existir. A somar à lei da identidade de género, existiu também a tentativa de apagar as cores da diversidade, inclusão, respeito e humanidade das fachadas dos edifícios públicos que felizmente esbarrou contra o veto presidencial. Estas tentativas de criar poeira política e populista e desviar o debate de assuntos verdadeiramente importantes e urgentes como a habitação e a saúde, que continuam por cumprir, esbarrarão também sempre contra o partido que orgulhosamente represento. Não aceitamos que a comunidade LGBT continue a ser um bode expiatório. O LIVRE é perentório na defesa de todos os cidadãos, independentemente da sua identidade de género ou orientação sexual, sublinhando a sua solidariedade também para com o povo de Aveiro que saiu no passado sábado para celebrar a oitava edição da marcha do orgulho em Aveiro. Porque, também, Aveiro diz respeito querer que todos os munícipes se sintam representados nas suas instituições públicas. Antes de terminar, gostaria apenas de pedir à mesa que todas as minhas intervenções fiquem registadas em ata.”

Vogal Cláudia Manuela Mesquita da Rocha (IL) - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [99](#)

“Gostaria hoje de trazer a esta Assembleia o tema da mobilidade, nomeadamente, a mobilidade ferroviária, como vértice estratégico do desenvolvimento, não só do país, mas também do nosso Município. Desde logo, é fácil compreendermos que a ferrovia não é apenas um meio de transporte de pessoas e bens, é uma infraestrutura económica muito relevante nos objetivos da descarbonização, impulsionadora da coesão territorial, da competitividade e produtividade das empresas e promotora da liberdade de circulação dos cidadãos. Quando a ferrovia funciona bem, aproxima pessoas e lugares, reduz custos de contexto, melhora o acesso ao emprego, à educação e aos serviços públicos. Quando funciona mal, isola territórios, empurra a procura para o automóvel e fragiliza a competitividade regional. Num concelho como Aveiro, com centralidade regional, presença universitária, dinamismo empresarial é ainda mais premente a necessidade de trazer o tema da ferrovia para a primeira linha do debate. Ao longo de décadas, Portugal viveu bloqueado num modelo de planeamento estatal centralizado, em que o investimento público falhou em prazos sucessivos com vista à modernização das linhas e frotas. Por outro lado, assistiu-se à desativação de dezenas de linhas e ramais com perdas de ligações regionais, conduzindo ao maior isolamento das populações. A pouca modernização, eletrificação e renovação ficou centrada em alguns corredores, conduzindo a uma rede pouco capilar e, neste momento, 30% da rede ferroviária nacional continua não eletrificada e 30% da sua extensão também se mantém por ser explorada. A posição da Iniciativa Liberal sobre a rede ferroviária nacional é conhecida, o transporte ferroviário é uma oportunidade que deve ser aberta à concorrência de operadores privados que conduza a maior transparência e melhor serviço para os utilizadores. Esta liberalização só faz sentido, também, num contexto de regulação sério, usando o mercado concorrencial para aumentar a oferta, a inovação, a qualidade e baixar o preço do serviço. No contexto europeu, há diversos exemplos do sucesso da abertura da ferrovia a operadores privados, sendo que princípios de integração na rede ativa, interoperabilidade e responsabilização devem ser cumpridos para não cair no erro de fragmentar oferta ou degradar a experiência do utilizador. Mas foquemo-nos, então, no que nos interessa, que é a região de Aveiro. Enquadrada no plano ferroviário nacional, o PFN, a requalificação do troço Aveiro-Águeda da linha do Vouga vai avançar com um investimento de 7,75 milhões de euros. Esta obra prevê a renovação integral da via com vista ao fim da limitação da velocidade existente, bem como para melhorar a segurança e o conforto das viagens. Mas reconheçamos, a linha do Vouga exige bem mais do que substituir carris e travessas. Sabemos que não há material circulante suficiente que garanta horários ajustados às necessidades dos trabalhadores e estudantes. A eletrificação da linha para uma verdadeira modernização e descarbonização é ainda uma miragem, para além da eterna discussão à volta das bitolas, manter a via estreita, mudar para a via larga. O PFN prevê a realocação de algumas estações para melhor servir as populações e gostaríamos de saber, especificamente em Aveiro, se está prevista esta realocação de apeadeiros. Também o plano nacional levanta a oportunidade da linha do Vouga servir como embrião de um sistema de mobilidade urbana que possa penetrar na cidade e ligar diretamente

vários destinos no centro da mesma. Assim, gostaríamos de saber se o Executivo tem a ambição de estender a linha do Vouga ao centro da cidade. Há também um segundo eixo estratégico deste plano que é a ligação Aveiro-Salamanca. O plano ferroviário determina que a Infraestruturas de Portugal promova a realização dos estudos necessários à tomada de decisão relativamente aos investimentos ferroviários Aveiro-Salamanca, nomeadamente a linha de alta velocidade entre Aveiro e Vilar Formoso. Esta ligação associada ao corredor atlântico europeu é decisiva para posicionar Aveiro como porta de entrada logística e económica para o interior da Península e para a Europa. Estamos a falar de passageiros, mercadoria, competitividade empresarial, exportações e capacidade de ligar o Porto, a indústria, a Universidade e o território ao espaço ibérico e europeu. Para a Iniciativa Liberal, se o país quer crescer e se a região quer crescer, não pode continuar a pensar na ferrovia apenas como um serviço secundário ou residual, tem de a tratar como instrumento central de desenvolvimento económico e, aqui, Aveiro tem que ter uma voz ativa, exigente e consistente, persistindo junto do Governo e das entidades responsáveis. Por isso deixo um apelo claro que o Município de Aveiro continue a defender a modernização total da linha do Vouga e que mantenha a pressão política para que a ligação Aveiro-Salamanca deixe de ser apenas uma intenção estratégica num plano nacional. Aveiro não pode ficar à margem da transformação ferroviária de que o país precisa.”

Vogal Matilde Cardoso Pereira Soares Machado (CHEGA) - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [10](#)

“Gostaríamos de assinalar com grande satisfação o facto de dois emblemáticos edifícios de Aveiro, o Centro de Congressos e o Museu Arte Nova serem finalistas nas novas 7 Maravilhas de Portugal na categoria do século XX. Uma dupla presença que muito nos orgulha e que coloca a nossa cidade na linha da frente do reconhecimento do património nacional. O Centro de Congressos instalado na antiga Fábrica Jerónimo Pereira Campos é um dos mais expressivos exemplos de património industrial aveirense. Construída entre 1915 e 1917, segundo o projeto do arquiteto José Maria Olímpio, este conjunto de tijolos vermelhos foi descrito pelo próprio, ainda durante a construção, como um justificado orgulho para os filhos de Aveiro. Hoje reconvertido num espaço cultural e de congressos, simboliza a capacidade da cidade de preservar a sua memória coletiva e reinventar-se para responder aos desafios do presente e do futuro. O Museu de Arte Nova instalado na casa de Major Pessoa, erguida entre 1907 e 1909, é o ex-libris arquitetónico da Arte Nova aveirense. Da autoria dos arquitetos Silva Rocha e Ernesto Korrodi, a sua fachada exuberante, tornou-se símbolo de um movimento artístico que distingue Aveiro a nível europeu, valendo-lhe a integração na rede Europeia de Arte Nova, a par de cidades como Barcelona, Bruxelas e Budapeste. Mais do que edifícios., estes 2 espaços contam partes essenciais da história económica, social e cultural de Aveiro. As suas paredes testemunham o trabalho de gerações de aveirenses, o engenho dos seus criadores e a capacidade de Aveiro se reinventar sem perder a sua identidade. Preservar este património é preservar quem somos. Por isso, queremos aqui deixar um apelo direto e sentido a todos os aveirenses, votem. As votações para as novas 7 Maravilhas de Portugal

estão abertas até ao próximo dia 11 de julho e cada voto conta. Eleger o Centro de Congressos e o Museu de Arte Nova como maravilhas de Portugal é colocar Aveiro no mapa do património nacional, é atrair visitantes, é dinamizar a economia local e, acima de tudo, é honrar o legado de quem antes de nós construiu esta cidade. Partilhem com a família, com os amigos e até com os vizinhos, se assim entenderem. Que esta distinção seja motivo de orgulho para Aveiro e um incentivo para continuarmos a investir na preservação da nossa memória coletiva, porque só conhecendo e valorizando o nosso passado, podemos construir com confiança a cidade que desejamos para as próximas gerações.”

Vogal Ana Maria da Cunha Loura Oliveira (CDS-PP) - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [u](#)

“É com grande satisfação que felicitamos a Câmara Municipal de Aveiro pela notável iniciativa de celebrar o Dia Mundial da Criança de forma descentralizada, abrangendo todas as Freguesias do Município. Assinalou o dia com a realização de espetáculos de teatro infantil nas 10 Freguesias do concelho destinados, exclusivamente, ao público escolar do primeiro ciclo e nalgumas também ao pré-escolar. Esta abordagem demonstra um louvável compromisso com a equidade territorial e a promoção do bem-estar infantil em toda a comunidade aveirense. A análise das atividades desenvolvidas revela uma estratégia abrangente e diversificada que merece ser destacada. A inclusão de espetáculos infantis, além de proporcionar momentos de educação artística, reforça a importância da cultura no desenvolvimento das crianças. De louvar, ainda, que a programação foi maioritariamente dinamizada por estruturas locais e regionais, valorizando o talento e a criação cultural da região. No espírito de colaboração e de melhoria contínua e inspirada pelos princípios do Programa Cidades Amigas das Crianças da UNICEF, gostaria de apresentar algumas sugestões que poderão complementar e aprofundar o impacto positivo desta iniciativa. Um, o reforço da participação ativa no planeamento - poder-se-ia explorar a criação de um conselho municipal de crianças temporário ou mesmo fóruns de consulta regulares onde as crianças pudessem expressar as suas ideias e preferências para as celebrações futuras. Esta medida não só lhes daria voz, como também as capacitaria como cidadãos ativos, alinhando-se com o pilar da participação do programa UNICEF. O foco na sustentabilidade e educação ambiental - a introdução de atividades que promovam a consciência ambiental, com especial atenção à Ria de Aveiro, seria de grande valor. Iniciativas como jogos educativos sobre a biodiversidade local, workshops de reciclagem criativa ou até pequenas ações simbólicas de limpeza, poderia incutir nas crianças o respeito pelo ambiente e a importância da sua preservação. Por último, a inclusão e acessibilidade universal - é fundamental garantir que todas as atividades sejam plenamente acessíveis a crianças com diferentes necessidades. A implementação de horas silenciosas em certas atividades para crianças com autismo, a disponibilização de materiais em formatos acessíveis ou a formação de monitores para lidar com diversas especificidades, são passos importantes para uma inclusão efetiva. Estas sugestões visam enriquecer ainda mais uma iniciativa, já de si meritória, contribuindo para que Aveiro se afirme cada vez mais como uma verdadeira cidade amiga das crianças, onde os direitos e o desenvolvimento integral dos mais novos são uma prioridade constante.”

Vogal Cláudia Maria Cruz Santos (PS) - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [12](#)

“A greve geral do passado dia 3, teve impacto no país todo e Aveiro não foi exceção. É claro que o Governo, logo na manhã desse dia se apressou a desvalorizar, só faltou perguntarem: ‘greve, qual greve?’ Mas no fim do dia, o discurso foi obrigado a mudar, afinal já havia prejuízo e os culpados eram, para o Governo, os grevistas, mas já lá vamos. No concelho de Aveiro, segundo os dados divulgados online pela central sindical, muitas escolas estiveram encerradas. Vejam-se os exemplos das EB’s em Aradas, Cacia, Eixo, Esqueira, Escola João Afonso ou a Escola Secundária Mário Sacramento. Na Renault Cacia - Horse Aveiro a adesão à greve terá sido de 70%. Na FUNFRAP, o turno iniciado às 16 horas teve uma adesão de 75%. De acordo com os mesmos dados, as lojas da AdRA estiveram encerradas. Nos armazéns gerais da Câmara Municipal de Aveiro, a adesão foi de 75%. A cantina e os bares da Universidade estiveram encerrados. No Hospital de Aveiro, a adesão à greve foi de 100% na unidade de AVC, 90% na medicina 1 e 2, 90% na consulta externa, 50% na cirurgia, 50% na medicina intensiva, 90% na ortopedia e 90% na urgência. São os dados disponíveis online, pedimos ao Senhor Presidente da Câmara que confirme ou infirme. Mas são só alguns exemplos, porque importa que conheçamos o contexto para entendermos o que aconteceu no país e em Aveiro. Já em 11 de dezembro, os trabalhadores tinham manifestado, em greve geral, contra o pacote laboral que atinge o núcleo essencial dos seus direitos. As razões para estas duas greves gerais em menos de 6 meses, são demasiadas, já foram explicadas por muitos especialistas, incluindo vários professores de direito do trabalho. Cinco especialistas de três prestigiadas universidades, Coimbra, Minho e Católica assinaram no Público um artigo onde classificaram o pacote laboral que o Governo quer aprovar à força, como vou citar: ‘uma intolerável afronta, uma daquelas propostas’ que continuo a citar, ‘deslustram quem as formula’. A maioria das pessoas vive do seu salário, é o trabalho que lhes garante a subsistência, mas os salários que ganham não resistem ao aumento do custo de vida. Além disso, para muitas pessoas, tão dramático como o salário baixo é o drama da precariedade, viver sempre com a corda no pescoço. A nossa Constituição, esse escudo que ainda nos protege, mas que o PSD e o CHEGA já anunciaram que querem rever, a nossa Constituição, repito, rejeita a precariedade. Daqui resulta a proibição dos despedimentos sem justa causa e o caráter excecional dos contratos a prazo. Essas garantias cairão se este pacote laboral vingar e os trabalhadores sabem-no bem. O pacote laboral do Governo acaba com a proibição da precariedade. As pessoas passariam a poder trabalhar uma vida inteira, sempre com contratos a termo, mesmo para satisfazer necessidades permanentes das empresas. A este propósito, os cinco professores escrevem numa linguagem, aliás, pouco usual entre académicos, e que só uma enorme indignação explica, vou citar: ‘choca-nos que esta proposta de lei revele também a falta de sensibilidade’, fim de citação. A precariedade torna os trabalhadores muito mais vulneráveis, porque os inibe do exercício de todos os outros direitos. Trabalhadores precários são trabalhadores mais fáceis de domesticar, talvez achem alguns, terão de trabalhar muito mais por muito menos. Os trabalhadores portugueses não se deixam enganar pelo embuste da promessa de melhores salários que

aí viriam graças ao corte direitos, como se cortar direitos aos trabalhadores assegurasse mais produtividade, como se esse pudesse ser o caminho para o aumento da produtividade. Esta é uma contrarreforma laboral que facilita o despedimento sem justa causa, que ficciona um trabalhador em igualdade de posição com o empregador e que, por isso, poderia renunciar aos seus direitos até ao salário. Em que as mães recentes teriam de provar que amamentam, em que os trabalhadores estariam obrigados por um banco de horas que permite ao patrão alargar o trabalho diário, de acordo com as conveniências da empresa, com uma compensação de horas no futuro e à medida de quem manda. No fim do dia, o Senhor Primeiro-Ministro atirou a culpa para quem fez greve e disse que ela não resolvia os problemas. Susana Peralta, numa crónica chamada em defesa da greve geral, já tinha escrito sobre a sobranceria e a arrogância deste Governo minoritário e tem muita razão. Mas em dezembro e de novo agora, o que mais sobressalta é a responsabilização dos grevistas, a tentativa de lhes retirar a legitimidade e de os culpar. Há, de facto, uma certa similitude entre o contexto nacional e o local. A culpa é sempre dos outros, porque não deixam o Luís trabalhar sem qualquer espécie de crítica ou oposição. Fazer greve é difícil e é tanto mais difícil quanto piores forem os salários face ao custo da vida e quanto maior for a precariedade. Porque quem faz greve perde salário e expõe-se ao descontentamento dos patrões para defender os direitos, também, dos outros, os direitos de todos. Este discurso do Governo insere-se num contexto mais amplo de ataque às pessoas mais vulneráveis, que implica uma inversão dos valores que sustentam a nossa vida em comum e que está plasmado na nossa Constituição. Cabe-nos não deixar que aconteça, continuando a defender igualdade e dignidade para todas as pessoas no país e em Aveiro também.”

Vogal Catarina Marques da Rocha Barreto (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [13](#)

“Pegando na intervenção que me antecedeu, de facto, há pessoas que têm memória curta, porque em 2024 tivemos o maior registo de pré-aviso de greves durante o Governo de António Costa, tivemos 1.099 pré-avisos de greve. E tivemos estes pré-avisos de greve, 1.099, um número histórico em Portugal sem precedentes, que diga-se, em 2025 sob o Governo da Aliança Democrática liderada pelo Senhor Primeiro-Ministro Luís Montenegro teve uma redução de 24%, só em 2025, porquê? Porque vínhamos de oito anos de uma governação socialista, de uma governação de promessas adiadas, de carreiras congeladas e de incapacidade de resolver os problemas concretos da população. E tínhamos professores descontentes na ruas e escolas fechadas, tínhamos médicos descontentes e greves nos hospitais e enfermeiros descontentes e tínhamos oficiais de justiça descontentes e tínhamos o funcionalismo público, no geral, descontente. E tivemos uma redução de 24% no primeiro ano de governação do PSD e CDS. Portanto, é esta a resposta que eu entendo quanto à greve, de facto, há números, mas há números que se antecederam com a governação socialista e que bateram recordes. Quanto a Aveiro, a nossa bela cidade, dar os parabéns ao Executivo Municipal, ao Teatro Aveirense e às 10 Juntas de Freguesia pelo Dia da Criança, por esta inovação. Isto sim, Senhor Presidente, é verdadeira coesão territorial, porque independentemente da criança ser de Aradas, de

São Jacinto, de Nossa Senhora de Fátima, Requeixo, São Bernardo, todas as crianças do ensino básico, as 3.500 crianças tiveram acesso a um espetáculo didático, com educação artística, que promoveu a diversão e promoveu também o contacto com as artes performativas e que, certamente, levará muitos também a enveredar pela vida do teatro e outras vidas distintas. Portanto, saudar esta inovação, a tal inovação que vimos defendendo que é o nosso caminho. E depois, porque a inovação não é só um slogan, não é continuidade com inovação, a inovação existe mesmo, também saudar o Executivo Municipal pelos kits de compostagem que foram entregues os primeiros 1000 kits de compostagem. Começamos pela Freguesia que eu tenho a honra de presidir de Aradas, de São Bernardo e pelo lugar de Vilar. Estou certa e espero que o Senhor Presidente nos esclareça se também a iniciativa será estendida ao restante concelho. Saudar esta iniciativa, porque, de facto, não é só dizer que defendemos ambiente, é promovermos aqui uma redução de resíduos, uma sustentabilidade e promovermos aqui, sob o lema ‘sem sobras’, um Aveiro mais verde, mais inclusivo e, sobretudo, uma maior coesão territorial que tem sido o nosso lema e tem sido um lema de mandato. Bem-haja e seguimos num bom caminho.”

Vogal Nuno Teixeira Lopes de Campos Tavares (CHEGA) - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [14](#)

“Permita-me, Senhor Presidente, se possível, sem contar o tempo que envide aqui em nome da minha bancada e certamente de todas as bancadas, uma saudação muito especial à seleção de futebol de Cabo Verde, pátria nossa irmã, que acaba de empatar com a Espanha, fazendo uma exibição exemplar de sacrifício, de empenho, um verdadeiro exemplo para a nossa seleção, se Deus, nosso Senhor, permitir. E agora passo a ler o seguinte, nenhum de nós encarará sem louvor, qualquer instituição que tenha como propósito fundamental, se não exclusivo, o bem comum, sobretudo se procura abarcar com absoluta prioridade a melhoria das condições de vida dos mais humildes e desfavorecidos. Em particular numa sociedade que se move, essencialmente, por razões consumistas e materialistas, como, infelizmente, sentimo-lo todos os dias se tornou regra no ocidente. Infelizmente, Portugal não constitui exceção e assim, bem ao invés do que nos foi mais do que prometido, garantido pelos fautores da revolução dos cravos, finda a guerra de África, alapados na Europa rica e generosa, Portugal vencidas as trevas converter-se-ia num oásis de felicidade. Lembro-me bem, era esse eu, nesse então já longínquo, um jovem de 33 anos, delegado do Instituto Nacional de Trabalho e Previdência, no ex-Distrito Autónomo da Horta, nos Açores, ido um ano antes, precisamente de Aveiro, onde fizera a indispensável preparação. Carreira que tinha, precisamente, embora não exclusivo, em vista o acompanhamento e a moralização das relações laborais e sociais na comunidade. Infelizmente, apesar do país poder continuar a contar com indiscutíveis talentos nas universidades, nas empresas, como no desporto, por força da incompetência e de um clima de corrupção nunca antes porque cá verificado, foi-se progressivamente alargando o fosso entre as grandes fortunas e os desafortunados, crescendo em paralelo os números da pobreza, que não fossem os apoios sociais, andaria pelo milhão e meio de pessoas. Graças a Deus, a comunidade portuguesa, possui ainda em si as energias bastantes para gerar e

pôr em marcha instituições capazes de se debaterem por causas nobilíssimas, com maior ou menor dimensão, designadamente buscando atenuar situações de carência com que, pelas mais diversas causas, muitas famílias se deparam. Fazem-no com recurso à colaboração ativa e prestimosa e aos sentimentos mais genuínos de muitos portugueses que sacrificam com exemplar generosidade algum do seu tempo disponível. Quero hoje referir-me, em particular, a uma destas instituições que recentemente realizou mais uma campanha em todo o país, continente e regiões autónomas, o Banco Alimentar Contra a Fome. Sem qualquer embargo para o mérito da campanha, permito-me colocar-lhe uma reserva séria. De facto, tenho como condição essencial para o pleno sucesso da campanha, além, entre outros fatores, do apoio da opinião pública e publicada rapidamente atingido, uma prévia articulação com responsáveis das grandes superfícies comerciais, onde a mesma decorre. Isto tendo em vista a oferta de reduções substanciais dos preços dos bens a adquirir para a finalidade em causa, não sendo assim, graças ao recurso rigorosamente abusivo da generosidade e da boa-fé de quem colabora. Ponto 1, as mesmas grandes superfícies vêm à custa dos pobres, largamente acrescido o volume das suas vendas. Segundo, e o Estado, concomitantemente, acrescido o volume dos impostos recolhido. Tenho que o quadro, assim desenhado, é profundamente imoral. A apresentar-se tal proposta de redução a entidades empresariais que anualmente registam e bem, lucros fabulosos, possível seria, estou certo, elas abdicarem, no quadro desta louvável campanha e da sua, nada despicienda, função social, de uma redução, por exemplo, para metade dos preços dos bens disponíveis para a campanha. Bom seria para todos, para as empresas que colaborariam ativamente num projeto social de alcance indiscutível, para os dadores que certamente alargariam os seus donativos, para o Estado cujos proveitos certamente não diminuiriam substantivamente. Finalmente, por certo, para os necessitados. Desconheço se a referida diligência terá sido efetuada. Se o não foi, só posso atribuí-lo a incompetência ou coisa pior que não quero sequer imaginar. Se foi, há que dá-lo a conhecer à comunidade. Empresários que embolsam milhões não terão o direito de recusar a colaboração a causas nobres que acabam por envolver todo o país e a quem milhares de colaboradores prestaram uma colaboração generosa.”

Vogal Ana Carlota Teixeira Lopes Ferreira Braga (CDS-PP) - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [15](#)

“Gostaria de assinalar esta intervenção com um sinal de mudança dos tempos que se refletiu no encerramento de uma loja de discos que, durante mais de uma década, foi um espaço, para além de venda de discos, de sentido de pertença da comunidade e que fortaleceu essa comunidade e o dinamismo do comércio local. Falo da loja X & Records localizada na rua Gustavo Ferreira Pinto Basto. Apesar de se ter caracterizado como um lugar de resiliência durante os seus anos de atividade, não resistiu às mudanças da lei de mercado, nem de hábitos de consumo que tornam difícil a sobrevivência do pequeno comércio independente. Foi um ponto de encontro de amantes de música, principalmente daqueles que valorizam o seu formato físico e que enriquecia uma parte da identidade cultural da comunidade aveirense, de músicos, de estudantes, de colecionadores, assim como daqueles que nos visitam. Fica, por isso, o agradecimento a todos que mantiveram

este local vivo que foi e é um último exemplo de património cultural deste género no concelho.”

Vogal João Paulo de Moraes Sarmento Costa (PS) - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [16](#)

“Só para dizer à minha colega Deputada Municipal, através do Diário de Notícias noticia que este Governo já teve, segundo a Direção-Geral da Administração e do Emprego, 785 pré-avisos de greve no setor público, uma média superior de 392, face aos Governos do António Costa e do Passos Coelho e também lembrar o Governo do Partido Socialista teve em governação durante 8 anos. E, agora, Senhor Presidente, falo-lhe em primeiro lugar, tenho três tópicos aqui que custaria falar consigo. Em primeiro lugar, falo sobre o eixo rodoviário Aveiro-Águeda e passo a citar uma notícia da RIA recente, que diz o seguinte: ‘sobre a expropriação de parcelas para a construção da via entre Aveiro e Águeda, Jorge Almeida salienta que a esmagadora maioria foi feita através de acordos amigáveis, de acordo com as avaliações feitas’, fim de citação. Portanto, Senhor Presidente, aqui temos que o Município, nosso vizinho, de Águeda conseguiu através de negociações expropriar 80% do montante dos terrenos para o nosso eixo rodoviário Aveiro-Águeda. Contudo, a realidade em Aveiro é diferente. O que aconteceu foi que nós tivemos que ter uma posse automática, através de uma declaração de utilidade, e 80% do montante destes valores foi, então, por posse administrativa e não através de negociação. E eu gostava de perguntar ao Senhor Presidente, porque é que se deu esta discrepância destes montantes e também dizer ao Senhor Presidente que ainda bem, finalmente, que o Senhor Presidente não tem, afinal, nenhum viés ideológico. Portanto, afinal, quando diz sempre que o Partido Socialista tem um viés ideológico, nós é que somos uns perigosos esquerdistas, fico contente que o Senhor Presidente perceba que, para alguns assuntos de extrema importância, têm que ser realmente tomadas as devidas soluções. E, também, eu vi que nesta declaração à RIA, o Senhor Presidente quase que não fez nenhuma declaração. E gostaria só de esclarecer aqui à Assembleia que ainda bem que o Senhor Presidente da Câmara de Aveiro não fez nenhuma declaração, então, às notícias da RIA, porque se nós dermos como garantia a palavra dada pelo Senhor Primeiro-Ministro, recordemo-nos de um episódio na sua apresentação de candidatura a esta Câmara de que prometia obras em outubro para o Hospital de Aveiro e depois teve que ser desmentido. E, portanto, em 2025 não houve obras nenhuma, aliás, continuamos sem obras no Hospital de Aveiro. A segunda questão que gostava, muito rapidamente, de trazer foi através de uma declaração que é feita pela Senhora Deputada Cláudia Rocha, da Iniciativa Liberal, da linha do Vouga. Quero reiterar, mais uma vez, qual é a posição do Partido Socialista sobre a linha do Vouga. Nós queremos investimento para a linha do Vouga no seu traçado integral, em bitola métrica e com a expansão da linha do Vouga, então, à Universidade de Aveiro. Só assim é que se fortalecerá esta grande infraestrutura que nós dispomos no nosso Município e que lamentamos que, ainda, não tenha sido tomado o devido investimento e que, por muitas vezes, o Senhor Ministro foge com as perguntas que são feitas pelos Deputados eleitos pelo círculo eleitoral de Aveiro do Partido Socialista. E, em penúltimo lugar, Senhor Presidente, gostava de perguntar-lhe sobre através dos outros projetos que são

financiados pelo PRR, como é o caso do Bairro Comercial Digital, em 920.000,00 euros, como é que está este processo? E agora sim, finalmente, gostaria de deixar ainda aqui uma pergunta sobre a Fan Zone do Rossio. Portanto, a Fan Zone devia ter início no dia 11, não teve, não estava pronta, portanto, pelo menos dois dias que a Fan Zone não esteve pronta e gostava de lhe perguntar se esse montante vem outra vez para os cofres da Câmara e o dinheiro que são dos contribuintes, porque, de facto, a entidade não cumpriu com os prazos que estavam contratados. E, também, lhe pergunto para terminar, se já que nós temos duas Fan Zones, eu bem sei que são iniciativa privada, mas que temos duas Fan Zones no centro da nossa cidade, se estes 75.000,00 euros não eram melhor empregues a distribuir pelas restantes nove Freguesias, para aí sim, promover, como disse e muito bem a minha colega Deputada Municipal Catarina Barreto, promover a coesão territorial e também fomentar as deslocações em modos de transportes suaves e diminuir, também, a distância das mesmas.”

Vogal Armando Oliveira Peres (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [17](#)

“Hoje a minha intervenção vai visar destacar as festas das nossas Freguesias e do nosso concelho. As festas das Freguesias da cidade de Aveiro promovem a coesão territorial pelo dinamismo de todos os envolvidos, apenas sendo possível a sua realização, porque existem mecanismos de reforço de competências das Freguesias, como, por exemplo, as delegações de competências e os autos de transferências pela Câmara Municipal. Os Presidentes de Junta desempenham um papel muito importante na organização e no dinamismo das variadas festas das Freguesias do nosso Município. É de enaltecer o trabalho dos Presidentes das Juntas de Freguesia que começa muito antes da realização das festas. Estes colaboram tendo a ajuda de comissões organizadoras de cada festa, associações culturais, grupos desportivos que ajudam horas a fio para que estas festas se realizem e possam ter sucesso. Assim, os Presidentes de Junta têm um papel fundamental no sucesso das festas das suas Freguesias. O seu empenho, dedicação e capacidade de organização permitem que estes eventos continuem a ter momentos de união e a valorizar a identidade local. Por exemplo, destaco a Freguesia de Esgueira que, este ano, com as Festas Quinhentistas, que foram um sucesso, muito contribuiu o espaço escolhido pela primeira vez, o Parque Aventura, que permitiu a atração de milhares de pessoas, tendo passado por essas festas, aproximadamente, 20.000 pessoas. Os Santos Populares nas Freguesias de Santa Joana, Cacia, Aradas e Oliveirinha e nas restantes Freguesias do nosso concelho. Na Freguesia de Cacia, destaco a realização do Festival Celta Romano no mês de maio, um evento que foi realizado pelo segundo ano consecutivo no parque de São Bartolomeu, que também atraiu nos três dias centenas de pessoas. Na Freguesia de Oliveirinha, para além dos Santos Populares, também se realizou o ARCO CUP, um torneio de futebol onde vários jovens, atletas e famílias conviveram tendo como mote a prática desportiva e saliento que, na organização, a Junta de Freguesia de Oliveirinha também teve a sua envolvimento. Não esquecendo a Freguesia de São Jacinto que, no mês de julho e agosto, na sua bela marginal promove música ao vivo todos os fins de semana, entre outras

atividades desenvolvidas no seu Executivo com o apoio da Câmara Municipal de Aveiro, que contribuiu que as atividades das suas Freguesias se realizem e sejam um sucesso.”

Vogal Gonçalo Nuno Caetano Alves (CDS-PP) - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [18](#)

“Eu vou exatamente falar sobre a seleção nacional, porque nos estamos, de facto, a entrar numa fase fantástica da competição que a nossa seleção vai ter na América do Norte. E Portugal é um país com cerca de 10 milhões de habitantes e quando olhamos para a dimensão das grandes potências mundiais, podíamos facilmente concluir que não teríamos condições para competir ao mais alto nível. Mas a realidade mostra precisamente o contrário. No futebol, Portugal habituou-se a estar entre os melhores do mundo, e não por acaso, não por sorte, mas porque soube investir no talento, na formação, na organização, na investigação no desporto e na ambição. O percurso da nossa seleção é uma extraordinária demonstração de que um pequeno país pode alcançar resultados globais, quando acredita nas suas capacidades e cria condições para que o mérito floresça. E talvez esta seja a principal reflexão que devermos fazer. Se Portugal consegue ser uma referência nacional no futebol, porque não haveremos de ambicionar o mesmo na economia, na inovação, na ciência, na educação ou na qualidade de vida dos nossos cidadãos. Como disse um político proeminente, o país vale pelos homens e mulheres que nele acreditam e trabalham pelo seu futuro. O sucesso da seleção nacional é, acima de tudo, uma lição de confiança coletiva. Senhor Presidente, para nos aveirenses, este mundial tem ainda um significado especial. Entre os convocados encontramos dois jogadores com raízes no nosso distrito, o Rúben Neves de Mozelos, no norte do distrito e o Samuel Costa, mais conhecido como Samu, natural do nosso concelho e com casa de fmlia na freguesia de Santa Joana, por isso, meu vizinho e do nosso Presidente, o scar. Ambos representam um exemplo de talento, dedicação, disciplina e perseverança. Ambos demonstram que Aveiro continua a ser uma terra capaz de formar cidadãos e atletas de excelência. Para eles, deixamos uma palavra de orgulho, reconhecimento e incentivo para que dignifiquem Portugal na maior competição desportiva do planeta. A seleção nacional alcançou com inteiro mérito a fase decisiva deste campeonato do mundo e leva consigo a esperança de milhões de portugueses espalhados pelo mundo. Todos nos acompanharemos esta caminhada jogo a jogo, numa Fan Zone, ou não, mas com entusiasmo, confiança e legítima ambição, porque o desporto vive de sonhos, mas também de trabalho, talento e determinação. E Portugal já demonstrou inúmeras vezes que pode competir com qualquer seleção do mundo e já com o título de campeão da Europa. Por isso, apoiamos a nossa equipa com a convicção de que o objetivo não deve ser apenas participar ou chegar longe. O objetivo deve ser assumir sem receios que queremos ser campeões do mundo. Esta ambição não  arrogância,  consequência natural da qualidade dos nossos jogadores, da competência das nossas equipas técnicas e da maturidade competitiva que Portugal alcançou nas últimas décadas. Mas esta realidade deve também levar-nos a uma reflexão local, porque se Aveiro é capaz de produzir jogadores com uma seleção nacional que compete no mais alto nível mundial, também devemos perguntar-nos o que devemos fazer para recuperar a centralidade do futebol de alta competição no nosso concelho. E aqui

não podemos ignorar uma realidade que entristece muitos aveirenses. O nosso estádio, que foi durante décadas uma referência do futebol da nossa cidade, apresenta hoje uma imagem que contrasta com a sua história e o seu potencial. A sua utilização limitada e o seu estado geral não deixam de gerar alguma desilusão em quem se recorda do entusiasmo que rodeou os grandes projetos desportivos de Aveiro. Mais ainda, quando recordamos que o novo Estádio Municipal de Aveiro nasceu no sonho da ambição do Campeonato da Europa de 2004, representando um dos maiores investimentos públicos alguma vez realizados neste concelho. Os equipamentos públicos existem para servir as pessoas e para potenciar o desenvolvimento do território, por isso, julgo que devemos continuar a refletir sobre a melhor forma de valorizar o património desportivo municipal e criar condições para o crescimento da prática desportiva e apoiar o regresso de Aveiro aos patamares competitivos que a sua história justifica.”

Vogal Sónia Patrícia Pinto Gomes (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [19](#)

“A minha intervenção tem como objetivo salientar o justo reconhecimento que a Freguesia de Aradas e a Freguesia de Cacia mereceram pela distinção atribuída pela DECO, no passado dia 29 de maio, em Lisboa. Um galardão que evidencia o empenho, a dedicação e a proximidade destas autarquias às suas populações. Esta distinção reflete o trabalho contínuo desenvolvido em prol dos cidadãos, valorizando iniciativas que promovem a defesa dos consumidores, a transparência dos serviços e a melhoria da qualidade de vida das comunidades. O reconhecimento alcançado demonstra a capacidade destas Freguesias em responder às necessidades dos munícipes com eficácia, responsabilidade e espírito de serviço público. Cacia e Aradas são exemplos de autarquias que colocam as pessoas no centro da sua ação, apostando na inovação e na construção de uma relação de confiança com a comunidade. Este prémio constitui, não apenas, uma recompensa pelo trabalho realizado, mas, também, um incentivo para continuar a desenvolver projetos e iniciativas que contribuam para o bem-estar coletivo. Finalizo com números, Portugal tem atualmente 3.258 Freguesias e a DECO distinguiu 27 dessas Freguesias pelo trabalho de proximidade junto das comunidades locais. Aradas e Cacia foram duas dessas 27 autarquias de referência condecoradas na sessão solene que decorreu na Fundação Calouste Gulbenkian. Como não ter orgulho nesta cidade e na equipa aliança com Aveiro. Venham mais distinções destas que tanto dignificam a nossa cidade, a nível local e a nível nacional.”

Vogal Emília Cristina da Cunha Gonçalves (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [20](#)

“Atualmente, o turismo assume lugar de destaque na economia nacional, por consequência, na economia local. Assim, começo por saudar a emissão do visto do Tribunal de Contas relativamente à empreitada do Parque de Campismo de São Jacinto. Trata-se de uma notícia muito aguardada e de um passo decisivo para a concretização de um investimento que representa muito mais do que a recuperação de uma infraestrutura. Falamos de um equipamento estruturante para o desenvolvimento económico, turístico e

social de São Jacinto. O Parque de Campismo foi durante décadas um importante polo de atração de visitantes, gerando atividade económica para o comércio local, para a restauração e para os diversos agentes económicos. O seu encerramento teve consequências que todos conhecemos e que se fizeram sentir de forma significativa na dinâmica local. Por isso, congratulo a Câmara Municipal por mais esta etapa vencida e manifesto a expectativa de que a obra possa avançar com a maior brevidade possível. No entanto, gostaria também de sublinhar a importância de que a futura gestão deste equipamento seja orientada por critérios de qualidade, sustentabilidade e valorização do território. Importa garantir que o Parque de Campismo contribua para um turismo que acrescente valor à economia local, que promova estadias qualificadas e que respeite o território e a comunidade. É igualmente fundamental que não se repitam as situações e práticas do passado, um passado recente, que acabaram por comprometer o funcionamento daquele espaço, que, em última análise, contribuíram para o seu encerramento. Terminando deixando apenas duas questões. Qual a previsão para a abertura das piscinas de São Jacinto? E qual a previsão para a abertura e funcionamento do bar da praia?”

Vogal Carolina Isabel da Silva Santos (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [21](#)

“Gostaria de assinalar e felicitar o Executivo Municipal pela realização da Semana da Educação que decorreu entre os dias 8 e 12 de junho, envolvendo de forma exemplar a comunidade educativa e, também, o público em geral. Ao longo destes dias foi desenvolvido um programa diversificado e abrangente que proporcionou oportunidades de aprendizagem, reflexão e partilha. Destaco as mesas redondas dedicadas a temas tão atuais e relevantes como a inteligência artificial, a saúde mental e a cidadania, bem como as atividades ao ar livre, as experiências educativas dirigidas aos jovens, as atividades náuticas e os passeios pedagógicos. Esta iniciativa permitiu refletir sobre alguns dos desafios mais atuais e prioritários na educação no nosso Município, promovendo, simultaneamente, momentos de diálogo sobre o papel fundamental da educação na construção de comunidades mais fortes, mais participativas e mais preparadas para enfrentar os desafios do presente e do futuro. Merece, igualmente, destaque o trabalho desenvolvido em torno da cidadania, uma dimensão essencial da formação das novas gerações e a realização da Assembleia Municipal Jovem, que constitui um importante exercício de participação democrática e de aproximação dos jovens às instituições. Quero ainda sublinhar as atividades realizadas no Estádio Municipal de Aveiro, que assinalaram o encerramento do ano letivo com atividades lúdicas, recreativas e desportivas aos alunos do primeiro ciclo do ensino básico, proporcionando um momento de convívio, celebração e valorização do percurso desenvolvido ao longo do ano letivo. Por tudo isto, deixo uma palavra de reconhecimento à Câmara Municipal, aos agrupamentos de escolas, aos professores, aos alunos, às associações e a todos os parceiros envolvidos pelo sucesso desta iniciativa.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara: [22](#)

“Vou aqui neste período antes da ordem do dia, então, comentar algumas das intervenções. Começaria aqui pela intervenção da Senhora Presidente Carolina Santos sobre a Semana da Educação. De facto, convém ir anotando, como há bocadinho disse também a Senhora Presidente Catarina, que nós vamos também marcando algumas notas de inovação, como é natural, porque somos um novo ciclo, representamos um novo ciclo e ninguém pode, nem deve estar à espera de outra coisa que não seja haver novos objetivos, porque, de facto, mal fora que estivéssemos numa mera repetição daquilo que já foi feito. E, portanto, esta iniciativa da Semana da Educação foi um sucesso, sendo a primeira. E, sobretudo, o sucesso maior e nós tivemos felizmente cá o Secretário de Estado da Educação que, aliás, tem raízes em Aveiro, porque ele é Alexandre Homem Cristo e relembrar que o Homem Cristo foi um grande defensor da educação, nem de propósito, foi um dos grandes paladinos da educação em Portugal, o mais importante da semana da Educação foi a envolvimento que se registou em todos os atores fundamentais do setor da educação. Estamos a falar, naturalmente, das equipas autárquicas, do nosso Vereador Rui Santos, do Prof. Doutor Rui Vieira, que veio trazer aqui um reforço nesta área, naturalmente, a equipa da Câmara que funciona na área da educação, mas, sobretudo, funcionários, professores, pais e os próprios alunos, como aqui foi dito, em iniciativas muito interessantes que completaram. Portanto, diria é algo de imaterial, não é nenhuma obra física, mas é uma obra imaterial importantíssima, sobretudo, acreditamos, deixará aqui umas sementes para que a educação em Aveiro, na parte que o Município pode, de facto, e tem competências, poderá ser algo de inovador e motivador da educação dos nossos jovens. A pior coisa que pode acontecer é o desinteresse e a desmotivação pela escola, todos sabemos isso. Quando se fala de questões de igualdade social, do elevador social, não temos a menor dúvida é pela educação que se consegue, pelas oportunidades de uma educação de qualidade que se consegue o tal elevador social, que para nós é muito importante. Foi referido aqui pela Senhora Deputada Sónia Gomes, e bem, os prémios sociais com que as Freguesias de Aradas e Cacia e, também, a Câmara Municipal de Aveiro foram distinguidas. E como foi aqui dito, são prémios, às vezes há prémios que quase que a gente pede pelos prémios, aqui é uma instituição, que penso que ninguém aqui contesta, não tem vinculação político-partidária e que, segundo os seus critérios e como aqui foi referido, no todo do país, termos aqui estes prémios é notável. Às vezes esta atividade social, pela sua própria natureza, muitas vezes tem que ser discreta, mas é bom que todos saibamos que ela existe. Ela é realizada pelas Freguesias em permanência, é realizada pelo Município e pelas nossas IPSS diariamente, é preciso que se tenha isso em conta. Senhor Deputado Caetano Alves, do CDS, o Samu, nós fizemos notícia, viva o Samu e que haja muitos mais Samus. É muito importante apoiarmos o desporto e, em particular, o futebol de formação e nós temos feito isso. A Câmara Municipal dá apoios substanciais à formação desportiva de várias modalidades, nomeadamente, o futebol. Ainda recentemente aumentámos o apoio para o AVEIRO CUP. Estivemos também ainda antontem no ARCO CUP, em Oliveirinha, e é isso que, de facto, dá satisfação a um político. Sabem o que é que dá satisfação a um político, pelo menos para mim, ainda que seja político só agora? É ver estes jovens, aliás, estive ali um árbitro que eu penso que

desempenhou com grande categoria a sua função, é ver a comunidade a praticar desporto, cada um nas suas funções, é isso que nos faz muito o sentido comunitário e a Câmara Municipal apoia fortemente e vai continuar a apoiar os escalões de formação, nomeadamente, o futebol, agora, já sabemos, é preciso ter uma pontinha de sorte, como teve o Andorinha para dali sair depois um Cristiano Ronaldo. Agora nós fazemos tudo e apoiamos as coletividades para que haja a revelação de novos nomes. O nosso Estádio, Senhor Deputado, o nosso Estádio é um encargo pesado que nós temos que carregar todos, não somos nós, Executivo, somos todos, todos aí em casa e aqui. É um peso que nós devemos considerar, porque tem despesas de manutenção muito consideráveis. Neste momento, se forem lá estão a decorrer obras de intervenção urgentes, mas elas vão ter que continuar. E, portanto, aquilo que temos que pensar é em dinamizar aquele Estádio, porque ele tem um custo continuado muito elevado, além do outro, que nós já sabemos, que é o que resultou da dívida que, enfim, não vem agora aqui com muito interesse, nem eu tenho aqui tempo para desenvolver. Senhora Deputada Ana Oliveira, do CDS, fez muito bem em frisar também uma outra iniciativa, não é que nunca se tenha comemorado o Dia Mundial da Criança, só que nunca se comemorou, e também foi referido pela Senhora Presidente Catarina, como comemoramos desta vez e queremos continuar e alargar. Dá aqui sugestões, sim senhor, tomámos devida nota que devemos, a partir da dimensão que já teve este ano, que ganhe novas facetas e novas possibilidades. Senhor Deputado Nuno Tavares, ainda bem que mencionou Cabo Verde, foi o Município convidado deste ano, pela primeira vez, Aveiro tem, como sabem e foi aqui referido, no dia da cidade, a nossa política de inclusão, de diálogo de culturas, sobretudo e como bem refere, porque são os nossos irmãos dos chamados PALOP e o nosso primeiro Município convidado foi exatamente Cabo Verde e o próximo será também um dos PALOP e, portanto, quando vamos para a Fan Zone grande ou para as mais pequenas, o que é preciso é alegria e vitórias de Portugal, sobretudo, mas também do Brasil, de Cabo Verde, penso que são as duas que falam a nossa língua. É com essas vitórias que todos nós vamos vibrar. Aquilo que nós pretendemos foi criar aqui realmente, achámos que era especial, enfim, uma época especial que só se passa de quatro em quatro anos, então vamos fazer uma grande festa e conto com o Senhor árbitro amador para estar lá num dos jogos principais e no outro dia já lá estiveram 700 pessoas no início, no fim de semana, todos a gritar, neste caso pelo Brasil. A Senhora Deputada Ana Carlota, do CDS, a loja de discos, eu também tive pena, mas vou lhe acrescentar uma coisa com sentido político, nós estamos a equacionar, e vamos ver qual é o apoio que terá, um espaço em que certas formas de cultura, nomeadamente cultura urbana, possam ter o seu local, porque, pela sua própria natureza, não são competitivas e não sobrevivem, enfim, às vertentes comerciais que nós sabemos. Estamos a equacionar isso, a tentar integrá-lo num projeto ambicioso, porque não esquecemos essa dimensão. Agora, o que a Câmara não vai fazer é subsidiar lojas de discos, lojas daquilo e aqueloutro. O João Sarmento falou do Aveiro-Águeda não é comparável, nós estamos com Águeda a trabalhar, afincadamente, diariamente, já referi isto, as nossas equipas, por um grande objetivo que é a estrada Aveiro-Águeda deixar de ser uma miragem ou uma primeira pedra, como um certo Governo lá colocou e depois nada se passou, mas agora as pessoas percebem que isto está a andar. Claro que tem os

seus incómodos, já aqui referi, assumimos, eu assumo, o nosso Executivo assume aqui em Aveiro a vontade firme deste projeto deixar o papel e passar a ser uma realidade, porque ele é transformante do Município e um dia, as gerações futuras vão agradecer a quem aqui esteve, que correu os riscos, enfrentou as dificuldades para andarmos para a frente. Não é comparável Aveiro com Águeda pela simples razão que nós temos 600 parcelas e Águeda tem 200 e as 200 de Águeda são praticamente terrenos agrícolas, com todo o respeito pelos terrenos agrícolas, que não se comparam a Aveiro em que há, de facto, outras questões envolvidas, designadamente na freguesia de Santa Joana, que é logo a primeira que é atravessada. Portanto, as realidades não são comparáveis, estamos muito empenhados, assim venha o fecho da operação e aí eu espero, aí estamos todos, penso eu, unidos nessa vontade de que, digamos, a peça decisiva venha em devido tempo, para nada mais ser atrasado nesta obra, como disse estratégica."

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AOS CIDADÃOS

De seguida o Presidente da Mesa informou que havia três munícipes inscritos para intervir neste período regimental de Intervenção Aberto aos Cidadãos, dando-lhes de imediato a palavra.

Cidadãos

Celestino António da Cruz Marinho - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [24](#)

"Boa noite a todos, cumprimentar todos e agradecer a oportunidade que me dão para vir aqui manifestar algumas preocupações acerca da minha cidade. Quero começar por fazer uma declaração de interesses. O que me move ter vindo aqui hoje é unicamente os interesses da nossa cidade. E, claro, tenho uma secreta esperança de que o Executivo tome boa nota do que eu vou aqui dizer e tente melhorar e resolver esses problemas. Eu começo por um tema que é um tema muito querido a muitas pessoas e a mim também, que são os passeios da calçada portuguesa, que estão completamente em degradação, com inúmeros buracos paralelepípedos por todo o lado, amontoado, espalhados. Eu vou dar aqui dois exemplos, o exemplo da calçada portuguesa em frente ao antigo Café Maravilhas que está totalmente degradado. Assisti a uma cidadã inglesa que caiu e teve uma entorse, precisou de ser assistida e, portanto, está num estado lastimável. E vou dar outro exemplo que é o passeio da rua Conselheiro Luís de Magalhães que tem, não chamo aquilo um buraco, chamo uma cratera, aliás, está assinalada, não sei se foi pela Câmara e, portanto, é um perigo para quem por ali passa e para além de outros. Mas basta andar a pé pela cidade para ver que, realmente, buracos é o que não falta e pedras por todo o lado é o que não falta. Depois, caixotes do lixo e papeleiras, eu sei que a Câmara tem subconcessionado este serviço, mas eu acho que o ciclo de recolha que não está adequado, sobretudo à parte da cidade onde a pressão turística é maior. Estou a falar do Bairro da Beira-Mar, estou a falar do centro histórico e também a parte inicial da Avenida Dr. Lourenço Peixinho. Em alguns dias, as papeleiras estão cheias de lixo. Houve aqui uns dias de vento que coincidiu com essa situação das papeleiras estarem cheias de lixo e o lixo caiu e, portanto, era lixo

por todo o lado e isso, como bem sabem, é um perigo para a saúde pública, mas não é só um perigo para a saúde pública, é também uma má imagem que nós damos da nossa querida cidade de Aveiro, porque quem nos visita leva uma imagem que não é muito positiva. Eu dou o exemplo de Berlim que nos últimos dois anos teve uma queda no turismo de 15% e uma das causas referidas foi a degradação do ambiente urbano da cidade. E, portanto, eu acho que é preciso, talvez, diminuir o ciclo de recolha para que, sobretudo nas zonas centrais que eu referi, o lixo não se amontoe. Depois, um assunto que me é muito querido árvores, não só dos passeios da cidade. Eu olho muito para as árvores. Uma cidade que se quer verde e sustentável, tem que ter vegetação e muitas árvores estão mortas, outras estão doentes, não são podadas, não são tratadas e, portanto, não há um cuidado na manutenção do nosso espaço verde. E chamo a atenção para o passeio pedonal do Cais das Pirâmides, que foi requalificado e muito bem, portanto, acho que está uma coisa bem-feita, não sei se repararam que as árvores morreram todas e lá estão elas direitinhas e mortas e, portanto, não se sabe porque é que morreram, não houve reflorestação. Quero também chamar a atenção para os passadiços de Esgueira, que eu utilizo muito nas minhas caminhadas, já assisti a alguns acidentes, tábuas que faltam. Quando assistiu a um dos acidentes telefonei para a Câmara a reportar a situação, a situação não foi resolvida e continuam os buracos, as tábuas a faltar. E, por fim, não quero deixar de falar do nosso querido Parque Dom Pedro, o nosso Parte da Macaca, que é uma coisa que me entristece, como é que é possível não fazer nada para reavivar o nosso pulmão, não é? O pulmão da nossa cidade. Os jardins estão malcuidados, com erva, aliás, não é só aí. E, portanto, chamar a atenção só para isso. A Casa dos Chá também precisava de um novo papel para ser um polo aglutinador, talvez de outras atividades para chamar as pessoas ao nosso Parque da cidade.”

Vera Lúcia de Jesus Pires da Rosa - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [25](#)

“Querida cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia e com ele todos os que constituem esta mesa. O Senhor Presidente da Câmara com todos os que tem associados a trabalhar para nós, os Senhores Deputados, portanto, que penso que pensam e tentam lutar para que as coisas nesta cidade corram melhor e nesta cidade e nas Freguesias e a todos os que assistem, como eu, elementos do povo. E digo-vos, não venho aqui com nenhuma ideia política, logicamente que a temos, sou pessoa. Com certeza que vocês ouvirem-me custa tanto como eu vir aqui, mas a velhice, às vezes, também e o não estar já dentro de uma sala de aula a poder incitar e não vejo por aqui alunos a participarem, fico muito triste. Achava que nesta altura já devíamos ter mais participantes e não uns contra os outros, mas a remarem todos pelo mesmo lado e eu não vejo. Portanto, a minha formação é só ter sido Professora de História e que me orgulho. Portanto, o que eu queria dizer e gostei imenso de assistir, acho que esta Assembleia tomou um caminho que eu achei correto. Esta discussão que eu ouvi, ia vos dizer que podia ser um bocadinho mais sintética, mas gostei de ouvir e de me por a par de certos problemas, portanto, acho que depois esta discussão é mais favorável. Penso que o participante anterior pegou em casos que eu aqui trazia. Portanto, eu vivo na cidade e vivo a pé na cidade e é precisamente isso

que me traz aqui. Começaria, se calhar não por este lado, mas começaria com o que é que me fez muito vir aqui e vencer esta timidez e a idade e isso tudo. Foi eu passar ali quando vou para a minha aldeia, normalmente duas vezes por semana e passo ali ao lado do Hospital e bato naquela parede daquele edifício, possivelmente não é responsabilidade vossa, não sei se já viria de trás, mas não consigo entender como a sensibilidade não coartou e como não conseguiram parar ou construir um edifício de outra forma, acho que é uma parede que fecha a Universidade que eu sempre achei, que vivi em Coimbra e que me custou a adaptar aqui, agora, gosto muito da cidade, mas a Universidade está fechada, esta Universidade vive fechada à cidade e, portanto, para mim foi mais um fecho ao Seminário e à cidade, que é uma zona bonita, aquelas torres e aquilo tudo é uma zona muito bonita de se ver e eu penso que aquele edifício para mim, quando ali passo eu bato com a cabeça e, portanto, tento virar logo e pensar na minha aldeia. E depois ainda por cima aquela zona é feia. Não sei como, eu estou aqui há 40 e tal anos e como é que aqueles passeios ali ao pé do Hospital, passam partidos, passa tudo e aqueles passeios são miseráveis. Unicamente, as árvores, realmente, têm a dimensão ali naquele bocadinho do Hospital, têm a dimensão que eu considero que é da árvore e de dar vivência ou das pessoas poderem usufruir delas, porque se eu pensar já naquelas árvores que ladeiam, são muito antigas e, se calhar, qualquer cidade, Viseu é capaz também de ter, aquelas árvores grandes que estão ali junto ao Parque da cidade, para mim são árvores imensas. Cortam-lhes a parte de baixo e elas, com certeza, qualquer dia chegam ao céu. Há uma dessas árvores, eu vejo que os políticos não andam a pé, há uma árvore em frente àquele quiosque que está na esquina onde se vendem bolachas americanas e penso que também café, há uma árvore que está tombada, que eu ando com curiosidade, só que eu tenho andado com a saúde muito precária, em lá passar, porque eu penso que os mais altos terão de se baixar, porque, efetivamente, a árvore está toda deitada, a copa e está no Parque e a árvore está totalmente deitada, isto há anos que eu vejo isto. Os passeios, uma miséria, sobretudo ali na minha zona, que é a cinco minutos da avenida. E eu digo-vos, eu que vivi na aldeia e mudei para a cidade e já conheci cidade e por os meus pais imigrantes conheci outras, eu sinceramente, acho que as laterais de Aveiro estão iguaizinhas, são anexos, A cidade é a Lourenço Peixinho e a outra rua que tem a rotunda com o paraquedista, porque o resto é ali os passeios à volta das piscinas, aquilo tem pilares que eu sempre vi na minha aldeia, nas vinhas e tem rede à volta e as ervas, às vezes, crescem e depois lá as cortam e os passeios, eu própria consegui escorregar, porque a calçada está extremamente gasta, pois puseram-na inclinada para subirem as cadeiras de rodas, eu estava em cima e vim ter à estrada, porque me escorregaram os sapatos e eu penso que uma criança, uma cadeira de rodas de uma pessoa de idade vai por ali e vai virada ao primeiro carro que vier. A outra coisa que eu gostaria de dizer é que eu não compreendo todos vós a deixarem ir abaixo, eu não estou a acusar este Executivo, de maneira nenhuma, isto são coisas que eu vejo há 40 ou 45 anos, aquele edifício que serviu da CERCIAV a cair, eu sinceramente, que sou de História com azulejos, eu sinceramente, somos uns ricos pobres que temos um edifício bom, que serviu para crianças com necessidades educativas e está ali a cair e a degradar-se, não compreendo. Só dizer isto, eu sinceramente ouvi aqui dizer que se apoia muito as atividades desportivas, mas não considero. Vi ao fim de 40 anos requalificarem aquele

pavilhão que o Alavarium se serve, os miúdos muitas vezes vão com os pais para Aradas, para Estarreja treinar, sinceramente, uma cidade que teve um fundo, que se desenvolveu de uma burguesia, como é que é possível uma cidade não dar estruturas para as crianças e depois o futebol. Pronto, é uma cidade bonita, gosto muito de cá estar e sempre disse aos alunos que o mundo e aquele sítio onde nós vivemos é de todos nós. Portanto, desculpem-me este atrevimento e boa noite e felicidades para todos.”

Rui Miguel Tavares Pereira - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [26](#)

“Quero começar por agradecer ao Excelentíssimo Senhor Presidente desta Assembleia Municipal e respetiva mesa, Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, caras e caros eleitos municipais, Senhoras e Senhores presentes, e à distância que acompanham também esta Assembleia do nosso Município. Ora bem, começo por enquadrar a minha presença aqui, porque é que eu vim aqui, eu e viemos um conjunto de vizinhos moradores também no bairro e interessados em contribuir para a melhoria da qualidade de vida que temos visto afastar-se, cada vez mais, com o crescimento do turismo. Estamos cada vez mais afastados de uma qualidade de vida que desejávamos quando viemos para o bairro. E, então, no dia 10 de abril, é um grupo informal de moradores, reunimos com o Presidente da Junta de Freguesia, o Senhor Bruno Ferreira, apresentámos alguns problemas que identificámos, expusemos também algumas possíveis soluções. Segundo consta, o Presidente da Junta de Freguesia já tentou ser ouvido pelo Presidente da Câmara sobre o assunto, mas, até agora, não terá tido sucesso, daí a minha presença. Já estou a ver ali a acenar que não, mas pronto. Então, destaco alguns pontos, é difícil em cinco minutos desenvolver um bocadinho, mas vou tentar destacar aqui em oito pontos. Digamos que a ordem não é propriamente a prioridade, do mais importante para o menos, mas algo que nos afeta, o estacionamento é logo algo que se destaca cada vez mais, nós estamos afastados das nossas residências, temos o circuito normal que qualquer bairro tem, vamos às compras, temos crianças, vamos à escola, pagamos à Câmara um cartão de residente que, supostamente, não é garante, porque não há garantia de lugar, mas, pelo menos, os lugares que são para moradores devem ser utilizados por moradores, isso não acontece. A fiscalização não é suficiente, nunca é suficiente, mas chamaria a atenção que para combater um bocadinho este problema, eu regressaria à parte física do cartão e não a questão do cartão virtual de leitura de matrícula. Eu, morador, não sei as matrículas dos meus vizinhos. Eu, morador, e digo sem problema nenhum, exerço a fiscalização de morador, tal como os outros moradores o fazem e sempre que veem um carro ou sempre que viam um carro que não tinha cartão, chamavam a Polícia ou chamavam à atenção a própria pessoa que ‘atenção que esse lugar é exclusivo para moradores’. A ausência de cartão limita completamente, não sei se a ideia é essa ou não, mas limita que o morador exerça a sua função de fiscalizar, de chamar a atenção quem estaciona. Outra questão que também limita e temos um exemplo que parece um OVNI que aterrou ali ao pé da Capela de São Gonçalinho, temos uma esplanada num lugar pago pelos moradores para estacionar, mais largo até que um carro, a seguir a uma curva e é impressionante como é que isso é licenciado, como é que isso é permitido. Reforçar a sinalização que não está em

condições. Muitos turistas nacionais ou não estacionam naquela zona sem saber que estão numa zona exclusiva, porque uma placa a identificar zona é uma coisa um pouco ambígua e as pessoas, depois de andarem pelas ruas, já sabem se estão numa zona ou não estão na zona. Vou me limitar ao que escrevi e não divagar e agora vou depressa, porque tem a ver com a circulação automóvel no bairro. A reta que nós temos maior no bairro, que é a reta Jorge Lencastre, que é muitas vezes utilizada como se fosse uma pista de corridas. Não sei se perceberam, alguma vez ou não, mas a ausência de lombas limitadoras de velocidade faz com que aquela reta seja utilizada, seja por carros, seja por motas em alta velocidade, com rateres a fazer barulho. O mesmo acontece na rua Sargento Clemente Morais. Ruas com pavimento degradado, não estamos aqui a falar de meros tapa-buracos. Tapa-buracos não resolve problemas, não é chapar, que é o que tem acontecido, a rua Sargento Clemente Morais parece uma manta de retalhos autêntica, com chapas de alcatrão em buracos totalmente desnivelados. Se passar ali uma grávida com problemas poderá antecipar o nascimento da criança, porque aquilo deambula. A rua das Salineiras também está com o piso extremamente degradado. Iluminação deficiente, potencia o quê? Potencia insegurança e potencia defecação que acontece no bairro, sejam necessidades fisiológicas líquidas, sejam sólidas. Ainda hoje à porta de casa, numa zona muito estreita, mal iluminada, alguém sem o mínimo princípio de higiene, mas, na falta de sanitários públicos abertos a horas decentes, não é existentes a funcionar em horários de funcionários públicos. Ruas sujas, resultado do excesso de restaurantes. É excelente para quem explora, é excelente para o comércio, não é excelente para os moradores, quando quem explora não cuida, quando quem vem para a cidade turista não cuida da cidade, porque vem cá passar uma noite e depois logo vê se volta ou não e não tem o cuidado, não tem civilidade. Consumo de álcool por menores, sobretudo ali à volta da Capela de São Gonçalinho, o botelhão que se instalou logo a seguir à pandemia mantém-se e é abastecido dessa maneira. Finalmente, o ruído é algo que trespassa todas as cidades, é algo que preocupa cada vez mais os municípios que zelam pelo princípio básico do direito ao descanso, um direito constitucional e que no Bairro da Beira-Mar se sente cada vez mais afetado. Falta fiscalização em condições, Polícia Municipal que fiscalize, Município que receba queixas da polícia e que as trate dignamente. Falta algo que eu já vi muitas cidades europeias que é sinalização municipal distribuída pelos municípios e colocada pelos municípios a indicar ‘respeite o descanso, aqui há moradores’ isso já vi em muitos municípios, em Amesterdão é uma cidade muito desenvolvida, tem muita coisa.”

Membros da Assembleia

Vogal João Tomás Lopes Paixão (LIVRE) - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [27](#)

“Antes de mais, quero agradecer as intervenções dos cidadãos. A política de proximidade é isto mesmo e estive a ouvir atentamente e muitas das preocupações levantadas são também preocupações das quais eu partilho. Começando pelo cidadão Celestino Marinho, falando da calçada, é verdade, a calçada portuguesa é um património cultural muito importante no nosso país. Infelizmente tem vindo a ser afetada, não só pela falta de investimento, como pela perda da técnica tradicional que leva a com que ela seja feita de

forma mais apressada, que depois quando vêm umas cheias levanta logo e cria buracos. E, infelizmente, poderá também já não estar, em algumas partes, adaptadas àquilo que deve ser um planeamento urbano de acessibilidade e feito a pensar em todos os cidadãos. Quanto aos caixotes do lixo e papeleiras, partilho também essa preocupação e é um problema claro, porque temos tido cada vez mais turismo no Município e se a recolha do lixo não acompanhar também esse turismo, não só acabamos com o problema das ruas sujas, como mencionou como em Berlim, mas como, também, temos um problema bastante grave que pode ser os resíduos facilmente voarem para a nossa Ria e podemos ter aí, também, um problema de poluição. Quanto aos passadiços de Esgueira, também gosto muito de fazer lá passeios e, também muitas vezes, se não estivesse atento, imagino que possa ter colocado o pé nos vários buracos que existem e creio que isso também é um problema que deve ser resolvido. As árvores também são uma enorme preocupação, não só as que estão mortas ou doentes, mas também as que foram removidas, assassinadas, nomeadamente, na zona do Rossio, onde faltam árvores, não só para nos fazer respirar melhor e nos fazer sentir melhor na cidade, mas também para nos dar sombra, porque com a falta de árvores que existe, nós também ficamos com falta de ar, principalmente neste calor. Se não há sombra, acabamos por ter o mesmo problema que cidades como Madrid tem, em que nem os próprios turistas se sentem bem com a falta de sombra. Gostaria de agradecer a intervenção da cidadã, Vera Rocha, que ouvi, também, atentamente, quanto a isso, não tenho, infelizmente, nada a acrescentar. E, por fim, em relação à intervenção do cidadão Rui Pereira, gostaria de dizer que é verdade que, infelizmente, com a alta pressão turística que temos tido no Município, por vezes, os moradores vão ficando para segundo lugar e é com preocupação, aqui no LIVRE também temos essa preocupação, de que é necessário um melhor equilíbrio entre o turismo e os habitantes do nosso Município.”

Vogal Cláudia Manuela Mesquita da Rocha (IL) - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [28](#)

“Agradeço em primeiro lugar aos munícipes que vieram hoje ao espaço da democracia em Aveiro. De facto, é um exercício muito bom poder ouvir em primeira mão as suas preocupações e aproxima os eleitos dos eleitores, facto que, nos dias correntes, nem sempre se verifica. Os dois primeiros cidadãos que vieram levantaram questões do dia a dia, que muitas vezes, até nesta Assembleia já foram abordados, a degradação dos passeios, os famosos buracos, muitas vezes, se não em todas as sessões de Assembleia, temos esse tema. De facto, é uma preocupação e queremos ver resolvida quanto antes. Os passadiços de Esgueira também, sabemos que têm zonas muito degradadas, a necessitar de intervenção urgente com alguma implicação na segurança de quem usa. Relativamente ao morador ou representante dos moradores do Bairro da Beira-Mar, nós sabemos que o Bairro da Beira-Mar é um Bairro muito sensível no equilíbrio entre a pressão turística, entre o desenvolvimento empresarial, entre os moradores e julgamos que esse equilíbrio, embora que difícil, não devemos desistir dele. Portanto, não podemos esperar ou deixar correr o tempo e ver o que é que vai acontecer e penso que devemos intervir e um programa de intervenção relativamente, até como foi mencionado, a fiscalização, porque muitas das

questões que foram abordadas como estacionamento, ocupação do espaço público, a própria insegurança, o ruído poderia ser, de alguma forma, as preocupações que advêm destes temas, poderiam ser mitigadas com a fiscalização, um programa adaptado ao Bairro da Beira-Mar de fiscalização que pudesse resolver ou estancar alguns problemas derivados destes temas. E, depois, instávamos também a Câmara a ouvir os moradores. Pensamos que a solução que o Bairro necessita de compatibilização, de atingir o tal equilíbrio entre os moradores, quem vem visitar Aveiro e quem trabalha e tem o seu negócio no Bairro da Beira-Mar deve, em conjunto, resolver ou tentar encontrar a solução para, de facto, não perdemos os moradores no Bairro.”

Vogal Armando Carlos da Silva Grave (CHEGA) - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [29](#)

“Obrigado à Senhora munícipe e aos Senhores munícipes que estiveram aqui presentes. De facto, a cidade é uma cidade que precisa de pessoas e precisa de turismo. Sem turismo não há pessoas e sem pessoas, também, não haverá turismo. Portanto, insto aqui a Câmara a utilizar os meios que tem para que a segurança nestas zonas seja mais efetiva, seja mais prática, também, e que seja visível e que as pessoas vejam e que os turistas vejam que há segurança na cidade. Gostaria também de relevar uma outra questão que foi aqui levantada, que é o caso do Parque da Cidade, o chamado Parque da Macaca, assim chamado. Tem me chegado, de facto, informação do mau estado do Parque, das águas e dos jardins, portanto, instava também a Câmara que tivesse atenção a essa situação. Os três cidadãos que aqui estiveram, agradeço especialmente por estarem a exercer um direito democrático. Esta Assembleia é uma Assembleia Municipal de Aveiro, uma casa onde se pratica a democracia. Obrigado também por estarem aqui.”

Vogal Gonçalo Nuno Caetano Alves (CDS-PP) - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [30](#)

“A minha primeira palavra é de agradecimento a este banho da realidade que nós temos que nos confrontar com o exercício da cidadania, porque nem sempre nós, como políticos, interpretamos a realidade quando passamos nos nossos próprios passeios ou quando circulamos pela cidade e pelos espaços públicos. E, portanto, eu diria que, por princípio, eu sou solidário com tudo aquilo que foi aqui dito, porque é, na verdade, tudo aquilo que todos nós, cidadãos, sentimos. Bem sei que esta interpretação simplista dos factos com os quais convivemos não é a mesma interpretação de quem tem que tomar decisões todos os dias. E, portanto, quem gere não tem falta de conhecimento daquilo que os cidadãos vivem, tem é que utilizar os meios que tem à sua disposição para conseguir dar a melhor qualidade de vida e, obviamente, tomar as melhores decisões para que todos nós possamos viver como gostaríamos de viver. Claro que há aqui várias questões que se colocam, algumas até, provavelmente, o que eu vou dizer agora é demasiado satírico e sem nexo, mas nós queixamo-nos dos passadiços de Esgueira, mas também é porque eles existem, não é? Porque se não tínhamos que ir de barco dar umas voltinhas a Esgueira ou andar na lama. E, portanto, depois da edificação, é preciso conservar, nós sabemos que é preciso conservar. Provavelmente é preciso tomar decisões que não são idênticas às que estavam

no princípio dos passadiços de Esqueira, porque, por exemplo, passarem bicicletas e pessoas a caminhar e a correr pode não ser a melhor solução, embora na fase inicial da construção foi a que se achou melhor. Mas, eu também sou utilizador dos passadiços de Esqueira e, enfim, não a caminhar, mas a correr e com circunstâncias, às vezes, de apanhar duas bicicletas de frente em que tenho que saltar para o lado e a sinalização diz que nós podemos andar lá todos à vontade. É verdade que as instalações que temos, os equipamentos que temos, têm degradação e ela tem que ser obviamente tratada. Mas é para isso que nós elegemos um Executivo e é isso que o Executivo está, com certeza, a preparar-se para fazer. No que diz respeito ao Bairro da Beira-Mar, a questão é um pouco mais complexa, porque que estamos no ambiente daquilo que é o turismo no ‘downtown’ das cidades e, portanto, todos nós sabemos o que é que está a acontecer pelo mundo fora nas cidades que têm esta tipologia de turismo, onde se entra sem barreiras. Ora, se as ruas já são estreitas para quem lá vive, ficam muito mais estreitas para quem lá vive mais os 100% de indivíduos que chegam todos os dias. E, portanto, são coisas difíceis de gerir ou são coisas difíceis de discernir do ponto de vista das decisões a tomar, mas, de facto, provavelmente elas têm que ser tomadas. Mas as decisões para resolver, elas podem não satisfazer toda a gente, tal como as pessoas estão à espera. E, portanto, essas decisões são aquelas que nos faz políticos diferentes, são aquelas que nos faz conseguir que a comunidade, enfim, viva dentro daquilo que se enquadra hoje como qualidade de vida. Mas eu chamo a atenção que gerir centros de cidades pequenas é uma coisa muito difícil. Basta que haja uma decisão de acabar com o turismo de camionetas a chegar ao Rossio. Eu admito que haja muita gente, que esteja de acordo, especialmente as pessoas que lá vivem, mas a votação que se tiver que fazer para que isto aconteça, não vão ganhar, porque não só a maioria no concelho e, portanto, há aqui situações complexas para a decisão dos políticos que parecem vistas de forma mais simples. E, eu só queria terminar por agradecer aquilo que eu chamo o banho da realidade, que é o que se passa na rua e que nós temos que nos confrontar com isso.”

Vogal Marília Fernanda Correia Martins (PS) - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [31](#)

“De facto, foi aqui referenciada a União de Freguesias da Glória e Vera-Cruz, obviamente, mas também gostaria de dar uma palavra enquadrada para agradecer, tal como já vários Deputados aqui o fizeram e, obviamente já percebi que estamos sintonizados em muitos aspetos e já vi o Senhor Presidente também a acenar e bem, porque realmente temos que agradecer a presença destes cidadãos, temos que considerar uma forma generosa de vir aqui, de se expor, de apresentar as suas preocupações, do seu espírito cívico de cidadãos participativos. É um ato, de facto, de cidadania participativa, ativa e que nos deve preocupar, porque, de facto, nós estamos na casa da democracia, nós somos, de facto, decisores políticos, temos responsabilidades acrescidas para criar boas qualidades no nosso território. Mas a verdade é que nós também somos cidadãos, isto também já foi dito, nós também vivemos cá, nós também queremos ter qualidade de vida, portanto, temos uma dupla responsabilidade de fazer para com os outros e também para nos sentirmos bem com o espaço de que podemos usufruir. Obviamente, as questões dos

passeios, do lixo, das árvores, todos nós os sentimos de perto, todos nós necessitamos que este espaço seja um espaço de qualidade para podermos usufruir dele da melhor forma. O Senhor Celestino Marinho, a D. Vera Pires da Rosa, as suas preocupações pelo espaço público, pelo espaço urbano. Permitam-me aqui uma palavra um pouco especial no que diz respeito à antiga casa da CERCIAV, que me tocou particularmente, porque foi onde eu comecei a minha atividade profissional. Apesar de compreendermos que as estruturas têm que ser revisitadas, têm que ser requalificadas, às vezes há formas, de facto, de conseguirmos fazê-lo sem que se desmorone a estrutura afetiva que está por trás do edificado. No entanto, se me permitem, vou me debruçar mais essencialmente pela intervenção do Senhor município Rui Pereira, porque, de facto, ele mencionou, como todos puderam ouvir a reunião que teve na União de Freguesias da Glória e Vera-Cruz. E, na sequência dessa intervenção, realmente nós recebemos a comissão de moradores do Bairro da Beira-Mar confirmo essa reunião que aconteceu no dia 10 de abril, onde realmente foram tratados estes assuntos, inclusivamente houve a preocupação de ser criada uma grelha com uma caracterização, com uma tipologia das problemáticas, isto também é um ato de cidadania ativa e participativa, em que demonstra que as pessoas expõem os problemas, mas também apresentam soluções, querem ser parte da solução, querem ser parte da resolução. E, neste sentido, temos que considerar que se tratam de situações preocupantes e de legítima preocupação que realmente merecem toda a nossa atenção e todo o nosso apoio na sua resolução, tendo em conta que são situações que afetam a nossa qualidade de vida, tal como já vários intervenientes tiveram oportunidade de dizer. Estes assuntos elencados que chegaram também já às mãos do Senhor Presidente da Câmara e do Senhor Vice-Presidente foram encaminhados pelo Senhor Presidente Bruno Ferreira, precisamente numa lógica de articulação na resolução, de colaboração na resolução. Não nos limitamos a despachar o que não está no âmbito da nossa delegação de competências, mas sim a intermediar e a colaborar no encontro de soluções, é esta a nossa postura. De facto, a quase totalidade de algumas destas preocupações necessitam de uma análise cuidada e de um acompanhamento mais específico da parte da Câmara e dos seus serviços. No entanto, e tal como o Senhor Presidente da Câmara Municipal e o Senhor Vice-Presidente já tiveram oportunidade de constatar, a Junta de Freguesia da Glória e Vera-Cruz tem-se posicionado sempre como um parceiro para colaborar na resolução. Nós temos consciência da dimensão deste aparelho camarário e, como eu já o vivi de perto, sei bem dar o devido valor às exigências a que obriga, sem dúvida. Compreendemos, também, que o novo Executivo tenha tido necessidade de um tempo de graça para se adaptar a todo o trabalho que é importante e a toda a logística organizacional. Portanto, nós apenas o que pretendemos é que haja uma demonstração de disponibilidade de agenda para ouvir as preocupações dos municípios, sabendo que pode sempre contar com a Junta de Freguesia para encontrar as melhores soluções. Da nossa parte, procuramos dar resposta o mais breve possível, ao que está no âmbito das nossas competências e encaminhar para quem de direito o que não está ao alcance das nossas ferramentas de intervenção. No entanto, mantendo sempre a responsabilidade do seguimento dos processos e prestando as necessárias informações aos nossos fregueses.

Acreditamos plenamente que esta deve ser a postura dos autarcas que gerem as Freguesias, honrando, assim, a comunidade a quem prestamos o nosso serviço público.”

Vogal Joaquim Manuel da Silva Marques (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [32](#)

“Tenho a registar com agrado a presença destes três nossos concidadãos, aqui nesta casa da democracia a manifestarem as suas preocupações. Aliás, como alguém já disse, preocupações essas que também já foram por nós manifestadas. Pese embora, no regulamento aprovado desta Assembleia contenha este tempo de resposta, é certo que a mim, agora, me faz um pouco de espécie. O que é que eu vou dizer acerca da intervenção destes nossos concidadãos? Têm razão? Têm, sim senhor. O que é que eu posso acrescentar mais? Jogo político? Evidentemente que sim, mas para isso há outros fóruns e outros tempos. É uma coisa que nós vamos ter que repensar, é este tempo aqui. Porque quem tem que responder é sua Excelência, o Senhor Presidente da Câmara, não sou eu, nem é o Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Posto isto, dou os parabéns, mais uma vez, aos Senhores concidadãos que hoje partilharam connosco este tempo, e vou, porque houve aqui intervenções políticas nas mais diversas bancadas, vou aqui só utilizar um termo usado por a oradora que me antecedeu, que é em relação ao Executivo da União de Freguesias da Glória e Vera-Cruz, que é um tempo de graça para o Executivo. Tem toda a razão, eu só tenho pena é que o partido que suporta esse Executivo da Junta, não tenha tido o tempo de graça para com o Executivo Municipal. Se é uma carga de trabalhos e é, porque felizmente ou infelizmente, há mais de 35 anos que eu ando nesta vida e sei muito bem, o que é que é a carga de trabalhos liderar e trabalhar numa Junta de Freguesia e mais aqui na cidade. Sendo certo que na cidade, até têm problemas a menos, porque muitas das coisas são resolvidas pelo Executivo Municipal, não pelas Juntas. Porque os problemas que aqui vieram, tanto quanto é do meu conhecimento e se a memória não me traiçoa e eu tenho uma relação de muita proximidade com o meu primo Alzheimer, mas se a memória não me traiçoa, foram objeto de uma delegação de competências. Meus caros amigos, se a delegação de competências foi realizada, só tem que ser é executada. Porque ela não foi só realizada no papel, também foi realizada na transferência. Porque as Juntas que não são da cidade, têm que o fazer, não vão ver o que é que se passa e mandam um mail para quem de direito ‘olhe é preciso tapar o buraco não sei das quantas, é preciso substituir a pedra ali, é preciso montar o lancil acolá’. É as juntas que o fazem, é para isso que existem as Juntas, por essa razão de proximidade para com os eleitores, para essa maior facilidade, ou melhor, maior agilidade da realização do trabalho e não andar a empurrar isto para as calendas do tempo.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara: [34](#)

“Obrigado pela exceção, Senhor Presidente. Eu pensava que não seria uma exceção estar a responder àquilo que me perguntaram e o que os munícipes aqui vêm é para serem esclarecidos. De qualquer forma, aproveitando a excecionalidade que o Senhor Presidente refere, vou então fazer aqui um resumo. Vamos aqui ao que interessa neste momento,

calçada portuguesa, todos gostamos. Agora está a chegar o momento, eu já fui avisando, aliás o anterior Presidente também, de que não é viável termos a dimensão de calçada portuguesa que temos, nomeadamente, aqui em Aveiro. Porque o problema é muito simples, caros cidadãos que aqui vieram e que estão a assistir, já disse isto várias vezes, quem quiser vir para calceteiro, para fazer calçadas, digam-me, nomeadamente o Senhor Deputado, façam favor, diga-me um. Aqui há uns anos houve uma ação de formação, até uma ação de formação para calceteiros, sabem o que é que aconteceu? Houve aqui, estiveram aqui, vieram dos nossos queridos PALOP e passado um tempo, ninguém quis ficar, nem um. Portanto, não vamos aqui brincar aos escondidinhos, porque o problema é este, quem quer vir para fazer, para tapar os buracos das calçadas? Não é fácil e vou-vos dizer mais. Claro que nós, dentro dos pouquíssimos recursos que temos, ainda vamos dizendo aqui e acolá aos serviços urbanos que têm uma pessoa e outra, que não está 100%, mas que faz o favor, digamos assim, de mesmo com a sua limitação física, ajudar a fazer este trabalho para ir resolvendo os assuntos pontuais, aqueles que é possível, isto é o primeiro ponto. Segundo, como foi aqui bem lembrado, a nossa querida Junta de Freguesia da cidade, chamemos assim, também tem a sua responsabilidade. Isto não é só nós virmos para aqui dizer e agora também têm que começar a fazer o trabalhinho. Eu não sei quantas calçadas já repararam, até vou pedir também que nos indiquem, não indiquem só o que falta, indiquem, por favor, também o que já fizeram, até em benefício da própria Junta, porque eu também quero saber, porque foi passado uma determinada verba. Eu tinha dito a todas as associações e dissemos aqui às Freguesias, queremos aumentar a delegação de competências, queremos, mas vamos exigir responsabilidade. Portanto, vamos a ver, porque os cidadãos por vezes também desconhecem isto. Há aqui outras autarquias, chamadas Juntas de Freguesia que fazem o seu trabalho e que a Câmara, e bem, e até quer aumentar, resolveu passar recursos, não é dizer 'agora vocês ponham-se a tapar os buracos das calçadas', é dar uma certa verba para irem tapando alguns, como nós também vamos tapando outros, porque, de facto, não há calceteiros, nem em Aveiro, nem praticamente em lado nenhum. Mas se tiverem, quem estiver a ouvir nós contratamos imediatamente, fica já aqui prometido. Não obstante, a Câmara, obviamente, tem que resolver isto e eu já tenho alertado para isso, isto não é como em casa que mandamos vir lá fazer uma reparaçãozinha, tem os procedimentos chamados da contratação pública que implica consultar firmas. Consultámos, penso que foram umas sete, mesmo com um valor interessante, sabem quantas responderam à chamada? Uma respondeu. E, portanto, muito em breve, as pessoas mais atentas, porque convém também estar atento àquilo que se vai tapando, porque há 1.000 pessoas, N pessoas para ir fotografando e dizendo 'olha, cá está mais um buraco', pois está, porque eles estavam e estão aí há muito tempo. Mas aqueles que se vão tapando, não há ninguém que vá tirando fotografias. E olhem que nós já fomos tapando aqui e acolá, dentro destas contingências. Ora bem, chegados a este ponto, nos próximos dias, muito provavelmente, as pessoas que sejam isentas e estejam também com essa atenção construtiva, vão ver a tal empresa a estar no terreno a fazer uma operação mais alargada. Mas não tenhamos ilusões, este problema das calçadas não tem grande futuro. Nós vamos ter aqui uma política de concentrarmos e estamos de acordo que o património que existe, obviamente cultural associado, é muito importante naqueles pontos

em que, sob o ponto de vista monumental, etc., justifique, porque nos outros vamos ter que começar a trocar, porque a realidade bate-nos de frente. E como dizia o Senhor Deputado Caetano Alves, nós estamos cientes de alguns problemas que aqui foram colocados, conhecemos as vertentes várias desse mesmo problema, mas queremos resolver. Agora, eu vou aqui genericamente, porque não tenho muito tempo, eu ando muito a pé, não sei quem disse aqui, foi a sua Professora. Senhora Professora, não sei se anda tanto a pé como eu, mas se andar até podemos andar os dois juntos e fazer uma boa caminhada. Eu ando muito a pé. E há uma coisa, as minhas caminhadas demoram o dobro do que eu planeava antigamente, porquê? Porque eu estou sempre com o telemóvel e passo e tiro uma fotografia, tiro uma nota e envio. Portanto, não sabe, nunca me encontrou nas caminhadas, mas eu ando a pé e muito todos os dias, é bom que andemos todos a pé. E caros cidadãos, todos temos que fazer a nossa parte, já disse, existe uma aplicação no site da Câmara. Encontraram algo mal, em vez de ir fazer barulho para o Facebook, que já não é muito usado ou para outra rede social, podem, é tudo um direito, viva a democracia, mas não seria mais construtivo ir lá ao site escrever, identificar que na rua tal encontrámos este problema, como aqui, aliás, vieram referir. E desses problemas referidos, por acaso, alguns dos referidos não são de fácil solução, porque envolvem questões de dúvida quanto aos condomínios dos prédios sobre os quais, aliás, são dos problemas até mais visíveis, um deles que foi aqui referido e, afinal de contas, lá está o que dizia o Senhor Deputado Caetano Alves, afinal de contas, nesse caso específico, nem é mesmo a questão de mandar lá imediatamente reparar, porque tudo aquilo tem que ser levantado, porque está, enfim, uma questão estrutural subjacente, estou a falar da rua Luís de Magalhães, e temos que ver também a questão de condomínios etc. Pronto, portanto, as coisas não são assim tão simples. Os passadiços, como aqui bem foi dito, é um bem. A primeira questão dos passadiços a falar é andem nos passadiços. Senhora Professora, eu ando muito nos passadiços também. Eu não sei se toda a gente aqui, é capaz de haver pessoas que nunca foram aos passadiços. Já foi aos passadiços? Ótimo. Andem nos passadiços, isso é que é o mais importante, usem-nos. Há ali uma tabueta que está mais levantada que a outra, uma corda, é verdade. O que é que nós fizemos? Delegámos nas Juntas de Freguesia, neste caso Esgueira e Cacia, que estão agora a fazer o seu trabalho, começaram, obviamente por uma questão de proximidade, achámos e entendemos que era mais fácil, vamos dar aqui recursos, eles vão estar mais vigilantes, dada a proximidade. Portanto, os passadiços é algo importante, deve ser usado e vai sendo reparado e se não estiver, venham ter connosco, porque nós confiamos e acreditamos que estão a implementar essas medidas, certamente, estarão. Parque da Macaca ou chamado Parque da Macaca, eu conheci a macaca, aliás, ao princípio eram dois macacos, para quem não sabe eram dois macacos e depois ficou só uma que era um bocadinho agressiva, daí Parque da Macaca. Nós estamos cientes, e aqui foi o Senhor Celestino, estamos de acordo, estamos cientes de que não está bem e vamos fazer não só uma simples manutenção, como estamos a elaborar um caderno de encargos para tratar o Parque com uma reabilitação global do Parque, incluindo a Casa de Chá, foi aqui dito. Sim, estamos a trabalhar, temos objetivos, já foi feito o levantamento das patologias estruturais da Casa de Chá e agora vamos para a segunda fase. Portanto, ouvir os moradores, foi aqui referido, é o que temos feito. O Bairro da

Beira-Mar, perguntam tem estes problemas, tem aqueles, tem outros? Pois tem, tem tantos que nós todos vamos investir muitos milhões para reabilitar aquele Bairro, como outros bairros não são. É bom que também se diga isto e se perceba, a comunidade toda vai investir no tal Bairro da Beira-Mar, que todos nós gostamos muito, que é muito identitário, muitos milhões de euros, conforme nós apresentámos e ouvimos os cidadãos para dizerem o que é que achavam desse modelo. Não sei se esteve presente, se não esteve presente, mas nós fizemos uma sessão pública exatamente para ouvir os cidadãos. Agora há um momento para ouvir e um momento para agir e nós agora vamos entrar na fase do agir em relação ao bairro da Beira-Mar. E é lógico que se nós vamos levantar aquilo tudo, não íamos estar agora a gastar dinheiro, a fazer obras substanciais, quando sabemos que vamos ali fazer um enorme investimento total de requalificação. Portanto, temos que ponderar os recursos e disseram que vão lá e tapam, pois, exatamente, é mesmo assim, é de propósito, porque vai decorrer uma enorme obra de requalificação.”

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Ponto 1 – Informação sobre a Atividade Municipal de 01ABRIL26 a 31MAIO26. Apreciação;

O Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação do ponto.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara: [36](#)

“Senhor Presidente, dado o adiantado da hora, quase que iria dispensar-me de fazer esta apresentação, os Senhores Deputados têm um relatório circunstanciado, são 80 pontos, para ser preciso, como gostam, 80 pontos. Iria destacar os acordos de colaboração com as corporações dos bombeiros, importante apoio. O tal ouvir as pessoas, pela primeira vez fez-se um encontro com os agentes culturais do concelho em que ouvimos tudo o que é cultura. Quem quis foi lá, falou de sua justiça, ainda que depois tenham deturpado muita coisa do que lá se passou, mas ouvimos e, através de uma plataforma cultural, esses movimentos podem se inscrever e trabalhar em rede, que é aquilo que queremos. Portanto, foi o tal encontro que foi referido. Queria me referir ao ponto 11, pela sua importância, está para breve a conclusão do Centro de Saúde de Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz. É isto que interessa ao nosso povo, melhoria das condições de cuidados de saúde primários à população. Nós vamos ter aqui, já tínhamos um dos melhores centros escolares nesta freguesia e vamos concluir, porque andámos em cima, porque nada aparece por acaso, temos andado em cima desta obra, constantemente, para se cumprir os prazos e avizinha-se, graças a Deus, e ao trabalho e ao empenho de todos, porque tudo isto resulta, como aqui também foi dito, os avanços de uma cidade surgem pela camada de quem nos antecedeu e nós não temos problema nenhum, já o disse várias vezes, em relação a isso. Queria destacar, também, o esforço que temos feito de contactos a vários níveis com vários governantes, está aqui em 16, a reunião com o Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, com a Secretária de Estado da Ação Social e Inclusão e temos feito isto constantemente. Ainda hoje aproveitei a oportunidade da presença do Secretário

de Estado da Cultura para, no meio da iniciativa das redes de teatros e cinemas e rede de arte contemporânea, falar com o Senhor Secretário de Estado, aproveitar de ele estar em Aveiro e lhe apresentar um conjunto de propostas que ele ficou de pensar, o que já não é mau. E agora nós vamos continuar a trabalhar, portanto, isso prossegue. A tal questão do Estádio, aqui referida, ponto 24, são as obras que estão em curso, mas é só uma pequena parte das muitas obras que vai ser necessário realizar. Sobre a Maratona da Europa, penso que já foi sobejamente comentado e falado. Queria falar aqui de uma iniciativa que foi o Campus Jazz pelo seu significado na relação da Câmara com a Universidade. Entrou uma nova reitoria, nós temos tido contactos com o Senhor Reitor, Professor Doutor Artur Silva, no sentido de estreitarmos as relações entre a Câmara Municipal e a Universidade. São múltiplas as frentes de trabalho conjunto. Estamos já em trabalho intenso, do lado de lá e do lado de cá, com propostas muito interessantes, que têm que ser aproveitadas, porque Aveiro precisa que estas duas instituições trabalhem, mais do que lado a lado, em estreitíssima colaboração e isso já está a ter os seus passos concretos, não obstante ser algo recente, queria salientar, obviamente, e penso que terminarei aqui. A entrega das 12 habitações em regime de arrendamento apoiado, prosseguindo um esforço de recuperação do parque habitacional municipal, que é extenso, já foi dito aqui várias vezes, proporcionalmente, é um dos maiores parques de habitação social no país e é preciso investir muito na reabilitação, na reorganização das habitações que estão ocupadas e sua racionalização, para que possamos criar novas oportunidades de habitação para quem, efetivamente, necessita dessas oportunidades de habitação apoiada. Para terminar, realçar a importância da cerâmica em Aveiro. Traremos aqui, a seu tempo, novidades sobre este tema, mas dizer que houve aqui esta iniciativa, o 'Bom Dia Cerâmica', curiosamente no vitral que se encontra na Câmara Municipal, nos Paços do Concelho, feito nos anos 40, há dois elementos que ali estão identitários, considerados de Aveiro. À direita de quem olha, um é cerâmica e nós somos parte da rede de cidades, não só das cidades e vilas de cerâmica portuguesas, como europeias, portanto, a cerâmica está na nossa identidade profunda e nós vamos valorizar muito esta marca, como também vamos valorizar muito a Arte Nova, de cuja rede Aveiro preside à rede Arte Nova Europeia e a aposta na Arte Nova, na sua valorização, enquanto elemento cultural e turístico, prosseguirá nos próximos anos de forma definitiva.”

Membros da Assembleia

Vogal João Tomás Lopes Paixão (LIVRE) - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [38](#)

“O relatório de atividade municipal que é apresentado com saldo de gerência de aproximadamente 50 milhões de euros, não revela saúde financeira ou uma gestão correta, mas sim uma clara incapacidade de execução de fundos comunitários e atrasos sistemáticos na contratação pública. A ilusão de uma Câmara rica cai por terra, quando o balanço apresentado revela que, à data de 31 de maio do presente ano, o total geral de obrigações do Município ascende a mais de 85 milhões de euros. Sublinhamos também, com preocupação, a dependência ao Fundo de Apoio Municipal que limita a própria autonomia financeira da Câmara Municipal de Aveiro. Quanto ao relatório de atividade

municipal, gostava de realçar duas ausências, a primeira das quais no ponto 9, referente ao primeiro encontro com os agentes culturais do concelho, onde não é feito qualquer tipo de menção ao embaraço causado pelo boato que associou a arte de rua ao tráfico de droga. Porque sim, Senhor Presidente do Executivo, um relato que andava por aí, tal como disse neste encontro, cuja fonte é ‘o peixe que lhe foi vendido’, sem qualquer tipo de notícia ou relatório que comprove, não passa de uma toarda que mais preocupante se torna quando é lançada por um Presidente de Câmara. Aproveito para questionar o Senhor Presidente, também, se confirma que estas foram as suas palavras ou se desmente na íntegra o vídeo que foi publicado. No entanto, neste ponto do relatório, apenas são usados adjetivos que realçam o rotundo sucesso deste encontro, não obstante, saudamos a anunciada revisão do regulamento aplicável aos artistas de rua, que foi um tema que o LIVRE também insistiu bastante em campanha e esperemos que, tal como vem escrito no relatório, realmente garanta regras simples, proporcionais e funcionais, contrariamente ao regulamento que vigora atualmente. Quanto à segunda ausência do relatório, falo de outro protocolo de colaboração, mas, neste caso com o partido CHEGA, anunciado com um sentido de oportunidade notável no dia anterior à celebração daquilo que pensávamos ser a queda do Salazarismo. Porém, infelizmente, e como também se assiste a nível nacional, o partido do Salazarismo a triplicar, porque são precisos três Salazares, vai-se tornando um parceiro confiável no partido dito Social Democrata, ainda que tenha causado um claro desconforto no Partido Popular local e em quem votou na Aliança, pensando que um ‘não’ seria um ‘não’. Já dizia Goethe ‘diz-me com quem andas e eu dir-te-ei quem és’.”

Vogal Diogo Nuno Pereira Gomes (IL) - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [39](#)

“A informação sobre a atividade municipal é extensa e reúne muitas iniciativas, eventos, protocolos, decisões relevantes. Ora, a intervenção da Iniciativa Liberal pretende escrutinar e perceber se as decisões produzem resultados, se os recursos públicos são usados com rigor e se a Câmara está a facilitar a vida dos cidadãos, às famílias, às empresas e às associações ou se continua a criar custos, barreiras e burocracia. E quero começar por abordar a tarifa de resíduos urbanos. A Iniciativa liberal congratula-se com a redução da tarifa. Sempre que há custos que podem ser devolvidos aos municípios, esta redução deve chegar às famílias e às empresas. Mas sejamos claros, esta descida resulta sobretudo da redução do custo de tratamento aplicado pela ERSUC, não é ainda uma reforma municipal da política de resíduos, é a repercussão de uma redução de custos a montante. Aveiro continua a precisar de uma política de resíduos mais justa, transparente e orientada para resultados. A introdução do modelo PAYT para utilizadores não domésticos, com contentores exclusivos é uma boa direção. Quem separa melhor, produz menos resíduos indiferenciados e adota comportamentos responsáveis, deve ser beneficiado. E esta fase inicial abrange apenas 153 utilizadores. Quero conhecer qual o calendário para alargar o PAYT a todos municípios que produzem menos resíduos e sintam numa fatura, um benefício real. Há também uma questão regional. A Iniciativa Liberal já o afirmou, Aveiro não pode ser o caixote a região. A própria Câmara Municipal já se pronunciou contra a ampliação do aterro de Eirol pela ERSUC. Qual a posição do

Executivo sobre uma eventual incineradora na região de Aveiro? E que garantias existem de que Aveiro não continuará a concentrar os custos ambientais dos resíduos produzidos por outros municípios? Passemos ao estacionamento, o relatório propõe atualizar os tarifários dos parques de estacionamento do Marquês de Pombal, Rossio e Mercado Manuel Firmino, uniformizando o valor em 1,20 euros por hora, em linha com o praticado no estacionamento à superfície atual. Ora, para a Iniciativa Liberal, o preço de estacionamento não deve ser tratado apenas como uma fonte de receitas, mas como instrumento de mobilidade urbana. Quando o Município fixa preços dos parques influencia a procura, a circulação automóvel, o uso do espaço público e a qualidade ambiental da cidade. Ora, não faz sentido tratar o estacionamento subterrâneo e o estacionamento à superfície como se tivessem a mesma função. O estacionamento em parque deve ajudar a retirada de carros da circulação de superfície e não competir com esses objetivos. Por isso, qualquer decisão de tarifário deve assentar em dados públicos de ocupação, localização e procura real e sem esses dados, a fixação de preços torna-se administrativa e não responde às necessidades efetivas da cidade. E há um ponto específico que merece a atenção e que foi, inclusive, referido pelos nossos concidadãos. A tarifa noturna de um euro por hora para moradores das zonas próximas, nomeadamente do Rossio, pode parecer simpática, mas não resolve necessariamente o problema dos residentes. Quem vive no centro precisa de previsibilidade, precisa de uma solução estável e precisa de saber que pode estacionar sem ficar sujeito a um custo acumulado que, no fim do mês, se aproxima ou ultrapassa o valor de uma garagem. Porque o morador não acorda às oito da manhã para ir tirar o carro. É possível o Executivo apresentar um plano mensal para residentes que não trabalhe na base da hora? A prevenção de riscos de corrupção é também um ponto muito importante do relatório. O plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas, é preciso dizê-lo com muita clareza, não é um peso burocrático, é uma exigência democrática. E foram avaliados 322 riscos e 402 medidas preventivas. Há 44 riscos elevados e 56 máximos, são 100 riscos nos patamares mais graves, quase um terço do total. É positivo que mais de metade estejam a ser implementadas, mas também significa existentes outras 150 que estão em curso ou parcialmente implementadas e 23 que ainda não foram implementadas de todo. E há 3 pontos que quero analisar. O primeiro é o canal denúncias, o relatório refere que existe, mas praticamente nada diz sobre o seu funcionamento. Não sabemos quantas denúncias recebeu, quantas foram arquivadas, quantas forem encaminhadas, muito menos qual o prazo médio. Não conseguimos analisar a sua eficácia. Queremos conhecer números, o relatório de atividades deve apresentar números. O segundo ponto é a contratação pública, em particular as obras, o relatório identifica os riscos habituais e já falámos várias vezes sobre a fiscalização e, mais uma vez, um relatório destes tem que apresentar números, temos que saber qual é o tempo para cumprir os prazos, quais são os trabalhos complementares, qual é o desempenho. Sem números, não podemos fazer uma justa avaliação daquilo que acontece, nem podemos medir se há ou não riscos associados a este tipo de atividades. O terceiro ponto são os apoios municipais que também já foram, inclusive, aqui abordados, de certa maneira, o relatório identifica riscos nos apoios às associações, aos protocolos com IPSS, à habitação social e outros benefícios e fala de

rigor na apreciação, incumprimento de obrigações e fraco controlo sobre verbas transferidas, inclusive, favoritismo injustificado e necessidade de consequências pelo incumprimento. Riscos perfeitamente e objetivamente identificados. Qual é o problema? Novamente falham as métricas. Não temos nenhum valor sobre que casos é que acontecem, não precisamos de saber quem é pessoa, mas quero saber números sobre quantos casos de incumprimento é que existiram. Não há esses relatórios que deviam fazer parte do relatório de atividades. Quando há dinheiro público atribuído a terceiros, tem que haver critérios claros, tem que haver um controlo proporcional e tem que haver avaliação do impacto. Acompanhar o relatório é essencial então ver as essas métricas, quantos apoios tiveram incumprimento ou cumprimento defeituoso, que verbas foram devolvidas e que consequências é que houve. Ora, a Câmara Municipal seguiu o ‘template’ e está tudo bem, cumpriu com a lei, mas é notório que há lugar a melhorias, em especial uma densificação da descrição das medidas a adotar. E, na opinião da Iniciativa Liberal, o Executivo deve ponderar seriamente a adoção de um sistema de gestão de qualidade, nomeadamente certificado pela norma ISO9001, à semelhança do que acontece nos municípios da região. Sobre a educação, eu quero só aqui salientar o contrato sobre as refeições, que não pode ser validado só com base no cumprimento administrativo de regras, mas tem que ouvir também as associações de pais, ouvir as famílias sobre a qualidade das mesmas, não podemos estar só a contratar com base no preço. E queria, muito brevemente, falar sobre a taxa turística. A Câmara propõe 3,00 euros por dormida, mas o estudo económico-financeiro que suporta este valor, aponta para um custo de 3,58 euros por dormida, mas a metodologia merece discussão. Além dos custos diretos com turismo, imputa aos turistas que pernoitam 1,4% da restante despesa municipal. Ora, o valor proposto pode não afastar turistas, mas cria uma expectativa legítima. Quem paga, quer ver retorno de pagou na limpeza urbana, na mobilidade, cultura, espaço público, qualidade da experiência turística. Ora, a taxa não pode servir para financiar rubricas gerais como a educação, a ação social ou administração corrente, tem de estar ligada a externalidades concretas do turismo. E Aveiro ainda tem falhas evidentes, como aqui foram faladas. É nestas áreas diretamente ligadas à pressão turística e à qualidade que a receita tem que ser aplicada, caso contrário, estamos perante um imposto e não uma taxa. A taxa turística tem que servir para tornar o turismo em Aveiro mais sustentável e não para sustentar orçamentos. Propomos ainda que considere aplicar a taxa turística a outras atividades que não apenas aquelas que incluem dormidas, uma vez que muito do turismo que passa por Aveiro, não é turismo de dormida. Quero só terminar agradecendo a possibilidade de todas estas pessoas terem falado daquilo que é ponto do dia.”

Vogal Armando Carlos da Silva Grave (CHEGA) - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [40](#)

“Previamente, gostaria de deixar aqui uma referência ao Senhor Deputado do LIVRE, Senhor Deputado João Paixão pela referência que fez ao CHEGA. Eu presumo que o Senhor Deputado não saiba o que é democracia, nem saiba o que é sequer o exercício do direito democrático, eu presumo que não saiba. Quando o seu partido estava com a geringonça, nunca houve problema nenhum. Não teve, nunca apoiou, portanto aí nunca

houve problema nenhum, agora houve problemas. O Senhor Presidente do Município referiu a melhoria dos cuidados de saúde e referiu muito bem, e eu iria mais longe que são as respostas sociais para idosos, promoção da autonomia e evitar o isolamento e garantia dos cuidados básicos necessários, que também não são menos importantes. Nesta sequência e, também, na sequência de várias interpelações que já fiz à Senhora Ministra da Saúde e à Senhora Ministra da Segurança Social e às suas respetivas equipas, Senhor Presidente da Assembleia, permita-me aqui expor algumas questões e questionar o Senhor Presidente do Executivo. Vou lhe falar da Unidade Local de Saúde de Aveiro. A Unidade Local de Saúde da Região de Aveiro, através do Hospital Infante Dom Pedro, presta cuidados de saúde a cerca de 350.000 cidadãos, em Aveiro representam, sensivelmente, 80/90.000 cidadãos. Não estamos perante uma unidade hospitalar qualquer, estamos perante uma infraestrutura aveirense que é estratégica para toda esta região Centro, responsável por cuidados diferenciados e sujeita ano após ano, a uma pressão assistencial crescente. Por isso, quando falamos do Hospital de Aveiro, Unidade Local de Saúde, não estamos apenas a discutir paredes ou equipamentos, estamos a discutir o acesso à saúde, à qualidade dos cuidados, à dignidade dos doentes e à capacidade das respostas do Estado. E a realidade exige ser enfrentada com frontalidade. Hoje continuamos a ter o hospital cuja estrutura base remonta ao início do século passado. Apesar da criação dos novos blocos e de intervenções pontuais, permanece a insuficiência estrutural evidente para responder às necessidades atuais de toda esta população. Existe uma inadequação crescente do espaço hospitalar. Áreas destinadas à urgência são ocupadas para funções que não deveriam estar ali a ser exercidas. Existem limitações operacionais ao nível do internamento e do bloco operatório e tudo isto acontece num contexto de procura crescente. A acrescer a estas circunstâncias, há um problema que merece particular atenção, porque representa simultaneamente um problema clínico, social e financeiro. Refiro-me à ocupação prolongada de camas hospitalares por utentes que já tiveram alta clínica, mas que permanecem internados por ausência de resposta social, falta de vagas na rede nacional dos cuidados continuados ou inexistência de soluções de acolhimento. Estamos, assim, perante um fenómeno que deixou de ser excecional para passar a ser estrutural. As informações públicas mais recentes apontam para milhares de camas hospitalares ocupadas a nível nacional por situações desta natureza. Mesmo assim, em Aveiro, presume-se cerca de 10 a 15% das, cerca de, 400 camas que estarão a ser ocupadas para estas situações. Eu não tenho este valor confirmado, portanto se o Senhor Presidente souber algum, agradecia que me dissesse, mesmo assim, seriam 40 a 60 camas que estão ocupadas. Isto gera consequências em cadeia para a população aveirense e, assim, de toda esta região. Significa mais tempo de espera nas urgências, cirurgias adiadas, doentes internados em locais inadequados, significa profissionais sob pressão permanente e significa hospitais a funcionar em regime contínuo de saturação. Importa, por isso, fazer uma pergunta simples, de que serve contratar mais médicos, mais enfermeiros e reforçar as equipas, se uma parte relevante da capacidade instalada permanece bloqueada por situações que já não exigem cuidados hospitalares? A contratação de profissionais é importante, mas contratar sem libertar camas é colocar mais recursos dentro de um sistema que continua congestionado. É indispensável reforçar

a articulação entre a saúde e o apoio social, é indispensável aumentar a capacidade da rede nacional e municipal de cuidados continuados. Os municípios aqui têm uma importância muito importante, peço desculpa desta redundância. É indispensável criar respostas intermédias que permitam libertar o Hospital para aquilo que, verdadeiramente, é a sua missão, tratar quem precisa de cuidados hospitalares. Segundo dados divulgados no âmbito do barómetro dos internamentos sociais, o custo diário da permanência hospitalar é substancialmente superior e muito superior ao custo das respostas continuadas, ou seja, estamos simultaneamente a desperdiçar recursos públicos e a reduzir capacidade assistencial. Ao mesmo tempo, continuam a surgir notícias de encerramentos temporários de urgências cirúrgicas por falta dos profissionais, apesar do recurso à contratação externa. Em 2023 foi anunciada a ampliação e requalificação desta infraestrutura hospitalar. Durante a campanha eleitoral foram criadas expectativas junto das populações. Mas chegados a 2026, continuamos sem obra no terreno, sem cronograma público e sem informação objetiva sobre o estado do projeto. Pergunto, Senhor Presidente do Executivo, quando começa efetivamente a ampliação ou requalificação do hospital? Qual é o calendário concreto para a execução e conclusão das obras? Quantas camas estão atualmente ocupadas por utentes com alta clínica que serão da responsabilidade das instituições sociais? Porque, Senhor Presidente, a saúde das populações não pode continuar a viver de anúncios durante as campanhas políticas, tem de ter respaldo nos atos desse Executivo. Aveiro exige respeito, exige planeamento e merece investimento concretizado. Porque investir na saúde, Senhor Presidente, é mesmo investir em saúde, é mesmo investimento, é garantir que os recursos públicos produzem resultados efetivos para quem deles necessita.”

Vogal Ana Maria da Cunha Loura Oliveira (CDS-PP) - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [41](#)

“O mês de abril é, internacionalmente, o mês da prevenção dos maus-tratos na infância. É um período em que somos chamados a refletir sobre a nossa responsabilidade coletiva na proteção dos mais vulneráveis e na promoção de um ambiente seguro e saudável para todas as nossas crianças e jovens. Neste contexto, gostaria de destacar a extraordinária iniciativa levada a cabo pela Comissão da Proteção de Crianças e Jovens, CPCJ de Aveiro, a construção do Laço Azul humano. Este evento, que reuniu umas centenas de adultos e crianças do nosso concelho, não foi apenas um momento visualmente marcante, foi um símbolo poderoso de união, alerta e compromisso de toda a comunidade aveirense com esta causa. Além dos que se deslocaram ao Cais da Fonte Nova para a construção do Laço, aconteceram muitas e diversificadas iniciativas, um pouco por todas as escolas do Município, posteriormente partilhadas pelas páginas da CPCJ. A história do Laço Azul, iniciado em 1989 por Bonnie Finney, como uma homenagem pessoal aos seus netos vítimas de maus tratos, transformou-se num movimento global. Em Aveiro, este movimento ganha corpo e voz através do trabalho incansável da nossa CPCJ, que diariamente atua na primeira linha de defesa dos direitos das crianças. É, por isso, de inteira justiça expressar nesta Assembleia um voto de profundo agradecimento à Câmara Municipal de Aveiro. O apoio constante e multifacetado que o Executivo Municipal tem prestado à CPCJ de Aveiro

é fundamental para que esta possa cumprir a sua missão com eficácia, seja através da disponibilização de recursos, da cooperação logística em eventos como o Laço Azul ou da assinatura de protocolos de colaboração. A Câmara Municipal tem demonstrado que a proteção da infância é uma prioridade política e social estratégica para o nosso Município. Este apoio não é apenas um auxílio institucional, é um investimento no futuro de Aveiro. Ao fortalecer a CPCJ, a Câmara Municipal está a garantir que o sistema de proteção local tem a robustez necessária para prevenir, intervir e acompanhar situações de risco. Termino reforçando que a cor azul deste Laço nos deve recordar diariamente as nódoas negras que não queremos ver no corpo e na alma das nossas crianças. Que este espírito de colaboração entre a CPCJ e o Município continue a ser um exemplo de boas práticas e que Aveiro se mantenha firme no compromisso de ser uma cidade onde cada criança pode crescer com segurança, dignidade e alegria.”

Vogal Fernando Manuel Martins Nogueira (PS) - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [42](#)

“Uma primeira parte, caro Presidente, quero sublinhar que a ideia do Senhor Presidente da Câmara de que o tamanho não importa e de que o que interessa é encontrarmo-nos em grandes ou pequenas Fan Zones, não é bem assim. No que diz respeito à Fan Zone, o tamanho interessa-nos e muito, porque estamos a pagar o preço maior de entre as que já foram contratadas no Portal Base e ainda por cima, o caderno de encargos nem sequer está a ser cumprido. Caro Senhor Presidente da Assembleia Municipal, a segunda parte vem a propósito da alteração de pelouros no Executivo Camarário. Constatamos que o Senhor Presidente da Câmara estava numa relação duradoura e estável, mas resolveu literalmente dar uma machadada na Aliança e na lealdade com o CDS, em nome de, supostamente, ter melhores condições para governar. Sabemos os pelouros que foram atribuídos ao Senhor Vereador, mas não conhecemos o teor do acordo ou pacto que sustentou essa atribuição. E não nos vamos alongar a adjetivar esse pacto, mas uma vez que é conhecida a existência de divergências e posições antagónicas em relação a alguns projetos de relevo para Aveiro, gostávamos de saber como é que estes serão acomodados na governação. E com autorização do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, questiono: Senhor Presidente da Câmara, quanto à Escola Homem Cristo, a decisão recente da Câmara foi lançar um novo concurso com revisão de preço. Uma vez que a desativação da Escola foi considerada pelo CHEGA e cito ‘um crime de lesa-Aveiro’, seria expectável, em nosso entender, que a recomposição do Executivo abrisse uma oportunidade de repensar o projeto e as alternativas, nomeadamente, a manter a funcionar no edifício onde está. Somos levados a depreender que havia uma linha vermelha que se dissolveu na espuma desta governação e, em nosso entender, das duas uma, ou já podemos agradecer ao CHEGA a revelação sobre a maneira como lida com os crimes contra Aveiro ou o Senhor Presidente fará o favor de explicar como e porquê foi possível este entendimento. Há outro assunto que é o plano de pormenor do Cais de Paraíso, este está, como nós sabemos, em banho-maria, mas também era visto pelo CHEGA e cito como ‘uma agressão a Aveiro’ ou ‘para Aveiro’. Neste caso das duas uma, ou reiteramos a noção de que os crimes e agressões a Aveiro são afinal banais para o seu parceiro de pacto, ou

assumimos que ambos empurraram com a barriga ou para debaixo do tapete este assunto até que ele volte à agenda. E a questão é, será que podemos concluir que um assunto desta importância não fez parte do acordo? Finalmente, quanto à avenida, sabemos da vontade e do pensamento do recém-empossado Vereador de a transformar com um foco na fluidez do tráfego automóvel, dando um sinal sobre a noção de cidade preconizada em termos de mobilidade, sobre a relação da avenida com os outros usos da cidade e até sobre a sustentabilidade ambiental a curto e médio prazo. E é do nosso conhecimento que encomendou estudos para sustentar uma eventual intervenção, mas o que gostávamos de saber era, em primeiro lugar, como é que se posicionam o Vereador do Pelouro relativamente a esta questão, se este assunto está a ser tratado em conjunto ou à parte entre o Senhor Presidente e o Senhor Vereador do CHEGA, no âmbito do referido acordo, e, ainda, que discussão podemos esperar vir a ter que garanta que a solução final não resulta em retrocesso relativamente ao que já temos.”

Vogal Joaquim Manuel da Silva Marques (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [43](#)

“A realidade do Município de Aveiro exige de todos nós um sentido de responsabilidade, equilíbrio e capacidade de olhar para os problemas concretos das pessoas, sem perder de vista a ambição do futuro para o nosso concelho. Aveiro é hoje um Município com a reconhecida capacidade de afirmação regional e nacional, tem uma identidade própria, uma localização estratégica e uma Universidade de referência, um tecido económico relevante e um património natural e cultural que o distingue. Mas essa realidade positiva não dispensa uma atenção permanente aos desafios que continuam presentes e a outros que, sendo de carácter nacional, têm impacto direto na vida dos aveirenses. Desde logo, importa sublinhar a relevância das opções de investimento inscritas para o Município, nomeadamente no âmbito do seu orçamento municipal para 2026 e que representa uma dimensão financeira significativa e uma responsabilidade acrescida na definição das prioridades. Neste contexto, parece-nos essencial que o investimento público continue a ser orientado para aquilo que mais influencia a qualidade de vida das famílias, a habitação, a mobilidade, a saúde, a educação, a valorização ambiental e a coesão entre o centro urbano e as restantes Freguesias. A habitação é certamente um dos temas mais sensíveis da atualidade. A pressão sobre os preços de compra e do arrendamento também se faz sentir em Aveiro, dificultando a vida a jovens, famílias e a muitos trabalhadores. Sendo um problema nacional, exige igualmente resposta local através de políticas consistentes de promoção da habitação acessível, reabilitação urbana e aproveitamento dos instrumentos financeiros disponíveis. É este um domínio onde importa acelerar com pragmatismo e com sentido de urgência. Também a mobilidade merece atenção especial, a melhoria das acessibilidades, a articulação entre os diferentes modos de transporte e a valorização da ferrovia são fundamentais para a competitividade e para a qualidade de vida no nosso concelho. A adjudicação da reabilitação da linha do Vouga constitui um sinal positivo que deve ser acompanhado com exigência e com visão estratégica mais ampla para toda a mobilidade regional. No plano da saúde continuam a existir preocupações legítimas por parte da população e aqui relevamos a quase disponibilização

ou, dentro em breve, disponibilização total da unidade de saúde da União de Freguesias de Nossa Senhora de Fátima, Nariz e Requeixo. Sabemos que muitas das respostas dependem da Administração Central, mas isso não diminui a importância de Aveiro afirmar com clareza as suas necessidades. O acesso a cuidados de saúde e a capacidade de resposta hospitalar e as condições de acessibilidades às unidades existentes são matérias demasiadamente importantes para serem tratadas com resignação. O debate público em torno da ausência de referências a matérias como o hospital no quadro nacional mostra bem como as decisões tomadas a nível central têm repercussão direta no nosso território. Outro ponto incontornável é a proteção da valorização da Ria de Aveiro e do território envolvente. A Ria é um elemento central da identidade do Município, mas também um ativo ambiental, económico e turismo de enorme relevância. Cuidar da Ria é cuidar do futuro de Aveiro e isto implica atenção à sustentabilidade, à gestão ambiental, à adaptação às alterações climáticas e à defesa do território perante riscos crescentes. E aqui relevamos a eletrificação dos moliceiros, que já é um passo em frente. Do ponto de vista económico, Aveiro deve continuar a reforçar o seu posicionamento, através da articulação entre conhecimento, inovação, atividades empresariais e infraestruturas estratégicas. Aqui a Universidade de Aveiro, o Porto de Aveiro e o tecido empresarial local continuam a representar vantagens decisivas, mas esse potencial só será plenamente aproveitado se houver condições para fixar população, atrair talento e garantir qualidade de vida a quem escolhe Aveiro para viver e trabalhar. Em suma, o momento que vivemos exige uma atitude serena, mas determinada, serenidade para reconhecer o trabalho feito e para valorizar o que tem sido conseguido, determinação para identificar o que ainda falta fazer e para insistir na resposta aos problemas que mais preocupam os cidadãos. Aveiro tem condições para continuar a afirmar-se como Município de referência, mas essa afirmação deve assentar, não apenas em indicadores de crescimento ou de obras realizadas, mas, sobretudo, na capacidade de responder às necessidades concretas das pessoas, de antecipar desafios e defender junto das instâncias nacionais aquilo que é justo para o nosso concelho. É esse espírito construtivo, exigente e responsável que deve continuar a orientar o trabalho da nossa Câmara Municipal, mas também da Assembleia Municipal, independentemente da orientação política de cada um. Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o relatório das atividades municipais, relativos ao período em análise, evidencia uma Câmara Municipal em plena ação, com uma intervenção abrangente, consistente e orientada para objetivos claros, de rigor, investimento, proximidade e desenvolvimento do concelho. Estamos perante um documento que demonstra, de forma inequívoca, a capacidade do Município para agir em várias frentes em simultâneo na gestão financeira, nas obras estruturantes, na educação, na ação social, na cultura, no ambiente, na saúde e na valorização do território. Mas vamos por partes, rigor financeiro e sustentabilidade da gestão. Em primeiro lugar, importa destacar a aprovação do relatório prestação de contas de 2025, que confirma a solidez da situação financeira do Município. Os indicadores apresentados revelam uma autarquia com capacidade de gestão, com responsabilidade nas contas públicas e com margem para continuar a investir. A redução da dívida municipal, o resultado operacional positivo e o saldo de gerência transitado demonstra que Aveiro tem hoje uma base

financeira estável, condição essencial para sustentar políticas públicas ambiciosas e responder às necessidades das populações. Este é um sinal de confiança institucional, de credibilidade e de responsabilidade política. O investimento estruturante e visão do futuro, o relatório mostra também que o Município está a dar continuidade a investimentos fundamentais para o futuro de Aveiro. Destaco, neste âmbito, o avanço do eixo rodoviário Aveiro-Águeda, a evolução do processo ligado ao edifício ambulatorio do Hospital de Aveiro, a construção da nova unidade de saúde de Requeixo, há pouco já dito, bem como as diversas obras de requalificação em edifícios, equipamentos e espaços públicos. Estas intervenções não são apenas obras, são decisões estratégicas que melhoram a mobilidade, reforçam a coesão territorial, aumentam a qualidade dos serviços públicos e ajudam a preparar o concelho para os desafios futuros. A mesma lógica está presente nos projetos de adaptação climática, drenagem urbana e gestão sustentável da água, que mostram um Município atento à resiliência ambiental e à necessidade do planeamento de longo prazo. A educação como prioridade estrutural. Na área da educação, o Município confirma uma linha de continuidade e reforço de investimento. A abertura dos procedimentos para as refeições escolares, atividades de apoio à família, enriquecimento curricular e complementos educativos demonstram um compromisso claro com a escola pública, com as famílias e com o sucesso educativo. Importa sublinhar que nestas políticas não se limitam à gestão corrente, representam uma visão estratégica da educação, em que o Município assume um papel ativo na criação das melhores condições para aprender e crescer e participar. A valorização das associações de pais, dos projetos educativos e das iniciativas ligadas à inovação e à tecnologia reforçam essa mesma orientação. Importa, ainda, relevar a tomada de posse do novo Reitor da Universidade, o Senhor Professor Doutor Rui Silva e registar que, neste pouco tempo de exercício de funções, podemos constatar uma clara aproximação de interesses entre a Universidade e a Câmara Municipal de Aveiro. E, contrariamente àquilo que o Senhor Presidente da Câmara há pouco afirmou, não é uma questão que Aveiro precisa, Aveiro exige essa aproximação e esse trabalho em conjunto com estas duas instituições. A coesão social e a habitação e inclusão. O relatório evidencia, igualmente, uma atenção significativa às políticas sociais e à inclusão. A entrega de habitações em regimes de arrendamento apoiado, o desenvolvimento das CLDS 5G Aveiro+, a coordenação da resposta local às situações de sem-abrigo, os apoios em contexto de vulnerabilidade e os protocolos de combate ao tráfico de seres humanos revelam uma ação municipal assente em princípios de solidariedade, dignidade e responsabilidade social. Este é um eixo particularmente importante, porque a qualidade de uma política municipal mede-se, também, pela forma como responde às situações mais exigentes e às pessoas mais vulneráveis. Aveiro afirma, assim, uma estratégia de intervenção social articulada, moderna, comprometida com a inclusão. Quanto à cultura, identidade e participação. Outros dos aspetos muito relevantes deste relatório é a centralidade atribuída à cultura. A realização do primeiro encontro com os agentes culturais do concelho, a programação do Teatro Aveirense, a valorização dos Museus da Cerâmica e do Azulejo, do património e dos espaços públicos demonstram que a cultura é entendida como uma dimensão estruturante da política municipal. As Festas do Município, centradas na figura de Santa Joana, tiveram particular relevância,

não apenas pela dimensão religiosa e identitária, mas também pelo seu valor cultural, institucional e simbólico. A presença de delegações internacionais, a programação artística diversificada e a atribuição de distinções honoríficas reforçaram a imagem de Aveiro como um concelho com identidade forte, abertura ao mundo, reconhecimento do mérito a quem contribuiu para um bem comum. Quanto ao ambiente, sustentabilidade e qualidade de vida. Na área do ambiente, importa destacar a redução da tarifa de resíduos urbanos, medida com impacto direto na vida das famílias e das atividades económicas. Ao mesmo tempo, o Município persegue um conjunto de ações na área da sustentabilidade, adaptação climática, gestão da água e sensibilização ambiental, mostrando que o desenvolvimento local deve ser compatível com a defesa do território e a visão responsável do futuro. Este equilíbrio entre investimento, proteção ambiental, qualidade de vida é cada vez mais determinante na governação local. Aqui, também, devemos destacar a aprovação da remodelação da linha do Vouga que, cremos, vem melhorar substancialmente a qualidade da mesma e, conseqüentemente, a qualidade de serviço a quem a usa regularmente. Quanto ao desporto, juventude e dinamização do território. O relatório revela, ainda, uma forte aposta no desporto e na juventude. A Maratona Europa, que já é um evento de referência nacional e internacional, os contactos com a Federação Portuguesa de Atletismo, o primeiro Congresso Internacional de Futebol de Aveiro ISCIA, no qual se destaca a colaboração da Câmara Municipal na sua realização, que reuniu a nata do desporto nacional durante um dia, contando com cerca de 200 participantes e no qual foram reconhecidas figuras do nosso desporto nacional, como é o caso de Jorge Braz com o prémio 'liderança global - o legado da alta performance', o Bino Mações com 'mérito internacional' ou o Prof. Dr. Victor Pardal, com a 'excelência, carreira dual - o sucesso para além das 4 linhas' e, não menos importante, porque para nós nos diz muito, o reconhecimento a Diogo Valente com o prémio carreira 'do sonho em Aveiro à conquista de Portugal', a prova de que o talento só é eterno com trabalho. Destaca-se ainda as várias iniciativas dirigidas aos jovens que demonstra uma política municipal que reconhece o desporto como fator de saúde, de inclusão, promoção territorial e de dinamização económica. A realização da Assembleia Jovem Municipal merece também registo, porque reforça a importância da participação cívica dos mais novos e da aproximação entre as instituições e a comunidade educativa. A proximidade institucional e a valorização das Freguesias, importa valorizar a assinatura dos contratos de delegação de competências com as Juntas. Esta opção traduz uma política de proximidade, confiança institucional e reconhecimento do papel insubstituível das Freguesias na resposta concreta às necessidades das populações. Ao transferir meios e competências, o Município reforça a capacidade de intervenção local e contribui para uma governação mais próxima, mais eficaz, mais ajustada à realidade de cada território. Em jeito de síntese, este relatório transmite uma imagem de estabilidade, capacidade executiva e ambição política. Mostra um Município financeiramente equilibrado, com investimentos em curso, com atenção às dimensões sociais e com a estratégia de valorização de Aveiro, enquanto território de inovação, cultura, coesão e qualidade de vida. Mais do que um elenco de iniciativas, o documento revela uma linha de ação política assente em quatro ideias fundamentais: rigor na gestão; investimento no futuro; proximidade com as pessoas e valorização do concelho,

em todas as suas dimensões. É, por isso, um relatório que merece ser lido como uma expressão de uma ação municipal consistente, com presença no terreno e com sentido estratégico para Aveiro.”

Vogal Ana Carlota Teixeira Lopes Ferreira Braga (CDS-PP) - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [44](#)

“Daremos enfoque à aposta na atividade cultural nos últimos dois meses. De facto, Aveiro tem-se mostrado culturalmente saudável com a promoção de diversos momentos neste âmbito e com especial atenção à identidade de artistas locais. No destaque dado à sétima arte, também, através de dois festivais, é um passo para aumentar a exibição de filmes, para além da oferta dada pelo cinema mainstream de uma grande superfície comercial, lembrando que, durante muitos anos, Aveiro esteve sem qualquer tipo de cinema, portanto, é sempre bom vê-lo. Na ligação à educação tivemos a receção de alunos que chegam ao concelho através do programa Erasmus+ e que puderam descobrir a nossa cultura local e o nosso património imaterial. Precisamos que Aveiro esteja no mapa dos interesses dos jovens estudantes e que este interesse perdure nos anos vindouros, principalmente, se um dia quiserem cá voltar. Reforçamos que é através de uma aposta forte na cultura que Aveiro rejuvenesce, que se mantém atrativo para os residentes e para quem nos visita e que é isso que também contribui para a manutenção do comércio local independente.”

Vogal Catarina Maria Dias Pinheiro Peralta Feio (PS) - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [45](#)

“O Partido Socialista congratula-se com a atribuição de habitação municipal a 12 famílias, como consta no relatório em discussão. Mas o que não é claro no relatório é que nós não aumentámos o número de famílias que o Município consegue apoiar com habitação. Trata-se de um concurso de 2024 de atribuição de casas que ficaram disponíveis a novas famílias. 2024, estas famílias esperaram quase dois anos por estas casas. Existiam mais de 1.000 pedidos de habitação social. Concorreram 618 famílias aveirenses a este concurso. Esta é uma notícia do passado, portanto, passemos ao presente. Em Aveiro, temos 25 casas municipais devolutas que se tivessem reabilitadas podiam dar resposta a mais 25 famílias. São estas: 1 na urbanização de Cacia; 1 no bairro social da Bela Vista; 5 na urbanização de Mataduços; 3 na urbanização de Taboeira; 3 na urbanização de Eixo; 1 no bairro social de Santiago; 11 na urbanização de Santiago. O Partido Socialista pergunta, o que pensa a maioria do PSD, que governa a Câmara há 20 anos, fazer? Ou, então, se já está finalmente a ser desenvolvido o projeto de arquitetura para fazer o caderno de encargos e podermos avançar finalmente com a empreitada? O Partido Socialista defende que estas casas devem estar prontas a ser entregues em 2027. É urgente dar respostas a estas famílias, é urgente dar resposta habitacional em Aveiro, porque 20 anos sem uma política de habitação municipal é muito tempo. Em 20 anos de governação PSD, nunca esta maioria lançou um concurso para construir habitação municipal. Qual é o plano para apoiar estas mais de 1.000 famílias? Qual a estratégia para apoiar a classe média no acesso à habitação numa cidade com preços cada vez mais

proibitivos? Qual o estado de desenvolvimento do plano Habitação Mais que nos prometeram apresentar.”

Vogal Catarina Marques da Rocha Barreto (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [46](#)

“Ainda bem que, de facto, a Deputada que me antecedeu falou da política social, e que fui eu que sucedi, e de habitação, porque só em Aradas temos um projeto de habitação a custos controlados que coloca no mercado 320 fogos. É certo que era nos arrabaldes e as pessoas riem-se, mas foi o primeiro projeto a custos controlados 10 anos depois de em Portugal não existir nenhum. Agora, ao ponto que me ia, exaltar a política de diplomacia municipal que tem sido adotada e muito bem, porque temos estreitado os nossos laços e as nossas relações de amizade, quer de uma forma mais próxima e a cimeira Aveiro-Ílhavo é, de facto, um bom exemplo e como estamos na altura do Mundial, espero que seja o pontapé de saída para muitas e boas obras entre o Município de Aveiro e que, no caso concreto da freguesia que eu presido, Aradas, certamente irá ser beneficiada e irá ver sair do papel uma série de obras que anseia e que vão beneficiar e muito a nossa zona e, portanto, saudar esta cimeira Aveiro-Ílhavo e esta capacidade dos dois autarcas e dos dois Executivos Municipais de trabalharem em conjunto. E depois, também, este arrojado que o Dia da Cidade teve, este método arrojado e que o orador, o nosso líder de bancada já falou, de termos esta inovação do Município convidado e pôr aqui a tónica, sobretudo, no Município convidado de Santa Cruz, de Cabo Verde. De facto, a cultura cabo-verdiana é uma cultura muito próxima, muito presente na nossa vida e este reforço destas relações institucionais, destas relações culturais e destas relações económicas são, sem sombra de dúvida, vantajosas para Aveiro e para a nossa região. Salvar, também, que esta geminação era uma geminação que já vinha desde 1993 e que estava como que adormecida e, portanto, enaltecer o Executivo Municipal ter reabilitado e depois, se dúvidas tivéssemos sobre a riqueza da cultura cabo-verdiana e sobre a forma viva como está na cidade aveirense, quem foi ao concerto da Lura pôde tirá-las e pôde viver bem a vivência cabo-verdiana e essa cultura e a riqueza que nos traz. E, depois para terminar, de facto, também saudar este Portugal nação global e a intervenção que o nosso Presidente da Câmara fez, no âmbito da mesma, e em que, de facto, Aveiro se assume como uma cidade de inovação, de talento e com qualidade de vida. E quando falamos de assumir assim Aveiro, falamos de promover as nossas pessoas, as nossas empresas, as nossas instituições e de promover, sobretudo, a nossa identidade aveirense e, portanto, é afirmar Aveiro no mundo e é este o caminho da diplomacia municipal que está a ser adotada, e muito bem, e que a bancada do Partido Social Democrata saúda.”

Vogal Gonçalo Nuno Caetano Alves (CDS-PP) - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [47](#)

“Na apreciação da atividade municipal é importante reconhecer que a boa governação não se mede apenas pela gestão do presente, mede-se, sobretudo, pela capacidade de preparar o futuro, de construir ativos duradouros e de reforçar a posição estratégica do território. É precisamente nessa perspetiva que gostaria de destacar alguns dos pontos

constantes deste relatório, os quais revelam uma visão de desenvolvimento que merece o nosso reconhecimento. Começo pela reabilitação do Estádio Municipal de Aveiro, na continuação do meu ponto anterior. Durante anos, o Estádio Municipal foi visto por muitos apenas como um pesado legado do Euro 2004. Porém, a realidade é que os grandes equipamentos públicos não devem ser avaliados apenas pelo custo da sua construção, mas pela capacidade de serem adaptados às necessidades de cada geração. A aposta na sua reabilitação representa um sinal importante. Aveiro não desiste dos seus ativos estratégicos, procura valorizá-los, qualificá-los e colocá-los ao serviço da comunidade. O desporto é um fator de coesão social, de promoção da saúde, de formação dos jovens e de afirmação territorial. Uma cidade que investe nos seus equipamentos desportivos está, naturalmente, a investir na qualidade de vida dos seus cidadãos, na prática do desporto e também na potencialidade da competição profissional e para o qual já tem equipamentos preparados. Como afirmava Adenauer, o futuro não será construído por aqueles que vivem apenas do passado, mas por aqueles que têm a coragem de o preparar. E é precisamente essa preparação do futuro que encontramos neste relatório de atividade. Senhor Presidente, uma segunda referência para a Maratona Europa. Hoje, os territórios competem não apenas através das empresas ou das infraestruturas, competem através da sua capacidade de atrair pessoas, criar experiências e afirmar uma marca territorial diferenciadora. A Maratona Europa é já muito mais do que um evento desportivo, é um instrumento de promoção internacional de Aveiro, um fator de dinamização económica e turística e uma demonstração da capacidade organizativa do nosso Município. Milhares de participantes e visitantes associam Aveiro a um evento de excelência, reforçando a notoriedade da cidade, muito para além das suas fronteiras. Investir em eventos desta dimensão é investir na economia local, na hotelaria, na restauração, no comércio e na projeção internacional do concelho. Um outro ponto, particularmente, relevante é o avanço do projeto do novo edifício ambulatório do Hospital de Aveiro referenciado. Não é o Hospital que Aveiro ambiciona e que já devia ter por direito de cidadania dos seus aveirenses. De qualquer modo, este investimento, que transcende o próprio concelho, e estamos a falar de uma infraestrutura que servirá toda a região e contribuirá para melhorar significativamente a qualidade dos cuidados de saúde prestados aos cidadãos. A saúde continua a ser uma das áreas onde os cidadãos mais justamente exigem respostas. Por isso, qualquer avanço que contribua para reforçar a capacidade assistencial, melhorar as condições de atendimento e aumentar a eficiência dos serviços merece ser saudado. A declaração de princípios do CDS recorda-nos que a coesão social depende do acesso de todos a serviços públicos de qualidade, particularmente na saúde e, também, na educação e é precisamente isso que isto projeta e que representa. Senhor Presidente, gostaria também de destacar a importância da cimeira Aveiro-Ílhavo. Durante demasiado tempo, muitos olharam para Aveiro e Ílhavo como realidades separadas, mas quem conhece verdadeiramente este território sabe que a sua força reside precisamente na complementaridade existente entre os dois Municípios. A economia, a mobilidade, o porto, a Ria, o turismo, a Universidade, a inovação e até a própria dinâmica viária e urbana demonstram que estamos perante um espaço territorial que ganha dimensão quando atua de forma articulada. Nenhum dos dois Municípios perde identidade por cooperar, pelo

contrário, ambos ganham escala, influência e capacidade de afirmação. Num contexto cada vez mais competitivo, as cidades médias europeias só conseguem afirmar-se quando constroem redes de cooperação e estratégias comuns. Aveiro e Ílhavo têm todas as condições para constituírem um dos mais importantes polos urbanos, económicos e tecnológicos da região centro. Com uma população conjunta de 128.000 habitantes e uma superfície total de 272 km², por isso, esta cimeira não deve ser vista como um acontecimento isolado, deve ser encarada como um passo estratégico no aprofundamento de uma visão conjunta para o futuro. Já dizia Schumann ‘a cooperação não é apenas um ideal, é mesmo uma necessidade’ e essa necessidade é hoje evidente na relação entre estes dois Municípios. Senhor Presidente, por último, gostaria de destacar a reunião nas estações náuticas da Ria de Aveiro. Este projeto encerra uma das ideias mais interessantes presente neste relatório. Transformar a Ria de Aveiro numa marca comum. Durante anos, cada Município procurou promover isoladamente os seus recursos e a sua proximidade com a Ria. Hoje compreende-se que a verdadeira força da região está na capacidade de trabalhar em rede. A Ria é um património partilhado, é um elemento identitário comum, é um ativo ambiental, turístico, económico e cultural de valor excecional. A promoção conjunta das estações náuticas permite aumentar a atratividade turística, captar novos mercados, valorizar o património natural e criar oportunidades económicas para todo o território. Esta é uma visão moderna de desenvolvimento territorial. É uma visão que substitui a competição estéril pela cooperação inteligente, uma visão que coloca a identidade regional ao serviço do crescimento económico. Senhor Presidente, Senhores Deputados, os cinco pontos que destaquei têm algo em comum, todos revelam ambição. Ambição de reabilitar património e equipamento estratégico, ambição de afirmar Aveiro como destino internacional, ambição de investir em saúde, ambição de construir uma estratégia comum com Ílhavo e ambição de valorizar a Ria como elemento agregador de toda a região. São exemplos de uma governação que olha para além do imediato e que procura criar condições para um desenvolvimento sustentado e essa é uma visão que merece ser reconhecida, naturalmente. Como alguém disse, o futuro não se prevê, constrói-se e é precisamente isso que estes projetos demonstram, construção passo a passo e um futuro mais forte para Aveiro e para a sua região.”

Vogal João Manuel Ferreira Ribeiro (PS) - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [48](#)

“Aveiro é claramente nacional e internacionalmente conhecido pela cidade dos canais. Acontece que, muito provavelmente, o Município passará a ser conhecido pelo Município dos buracos. Tanto se fala, tanto se exige e importa que sejam reparados. Fomos confrontados no início do ano com uma tempestade violentíssima que afetou o Município e afetou o país, os seus efeitos ainda persistem. A rua das Sortes, em Azurva, que de sorte só tem nome, mantém o seu talude a obstruir valetas, derrocado, sem qualquer reparação. Um pino que lá permanece, como se meteram fitas, meteram-se pinos e continuam, a limpeza das valetas continua sem ser efetuada. As ervas grassam por todo o lado, por passeios, por margens de estradas, dificultando a circulação das águas. Estamos em junho, julho passará rapidamente, depois de agosto vem setembro e as primeiras chuvas

acontecerão. Contudo, fomos surpreendidos, ou talvez não, com contratação pública e está lançado na Base Gov, dois concursos públicos para massa betuminosa quente e massa betuminosa fria, no seu conjunto ascendem a 460.000,00 euros. Isto representa, numa rubrica de matérias-primas, 91,4% do que está orçamentado na rubrica das matérias-primas e só essa massa betuminosa são 70% de toda a verba disponível. Poderíamos pensar, finalmente, iremos ver os buracos tapados. Estamos a falar da aquisição de massa betuminosa pelo Município, o que se pressupõe que será com meios próprios, com recursos próprios, máquinas próprias e homens próprios ou mão de obra própria que esta atividade se deparará ou será resolvida. Acontece que, lendo o concurso, o que é dito e o que está fundamentado é que este procedimento foi lançado com base em procedimento anterior, não resultou de diagnóstico atualizado nas necessidades do Município, de qualquer levantamento sistemático do estado da rede viária. Qualquer estratégia pensada e comunicada aos cidadãos, não existe. Foi na prática uma renovação automática, um hábito administrativo desprovido de visão e de plano. No entanto, até maio deste ano, ou seja, até ao mês passado, apenas tinham sido investidos desta rubrica 58.000,00 euros, ou seja, o que demonstra uma inação da parte do Município para a tapagem dos buracos que afetam todas as vias municipais, quase sem exceção. O fornecimento existe, vai ser faseado, mas, seguramente, só poderá ser executado na segunda fase ou no segundo semestre deste ano. É perante este quadro que importa colocar estas questões, qual o plano de intervenção concreto associado a estes contratos de quase 460.000,00 euros? Quais as artérias do concelho que estão identificadas para intervenção, por que ordem de prioridade e com base em que critérios técnicos foram estas prioridades definidas? Os Senhores Presidentes de Junta aqui presentes gostariam de responder aos seus munícipes, quando é que eles verão as suas estradas sem buracos, com piso suave. Ou estamos perante uma aquisição de material sem destino definido, ao sabor das urgências do momento, sem estratégia, nem transparência perante os cidadãos que a financiam? Como justifica a Câmara Municipal o facto de ter comprometido 91,4% da dotação anual de matérias-primas em apenas cinco meses, concentrando 70% dessa verba num único contrato sem que os aveirenses tenham conhecimento de qualquer plano plurianual de conservação e requalificação da rede viária municipal que justifique e enquadre este investimento? Sendo este concurso lançado com base no procedimento anterior, sem diagnóstico atualizado e sem plano de intervenção conhecido, como pode a Câmara Municipal garantir aos aveirenses que este investimento produzirá resultados visíveis e mensuráveis na qualidade do pavimento das suas ruas e não será, como tantas vezes acontece, dinheiro gasto em reparações pontuais e avulsas que tapam hoje e amanhã voltam a abrir? Fácil de verificar, basta uma passagem pela rua dos Campinos, em Oliveirinha, remendo sobre remendo, sem tratamento de valetas revela o estado em que aquela via, apesar de intervenções múltiplas ao longo dos anos, se degrada sistematicamente porque intervenções ineficientes. Os remendos continuam, os remendos são sobrepostos, a qualidade da via e que está comprometida. A cidade que se orgulha dos seus canais deve, igualmente, orgulhar-se das suas ruas, porque a água dos canais tem o dom de se regenerar, a Câmara Municipal tenha, pelo menos, a vontade e a competência de regenerar o betuminoso que o Município também precisa. Os aveirenses merecem respostas e merecem estradas dignas.”

Vogal Rui António Alves Amado Cordeiro (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [49](#)

“A Feira de Março é um dos maiores símbolos de identidade aveirense e continua a afirmar-se como um dos mais importantes eventos económicos, culturais e de entretenimento da região Centro. A edição de 2026 voltou a demonstrar a capacidade de Aveiro para organizar um certame de grande dimensão e impacto regional e nacional. Os números divulgados permitem fazer um balanço globalmente positivo. A Feira contou com 240 empresas expositoras, 37 associações do concelho, 80 equipamentos de diversão, cerca de 100 espetáculos e 11 grandes concertos, ocupando cerca de 48.000 m² do Parque de Feiras e Exposições. No plano de afluência, os resultados foram expressivos. O primeiro domingo registou cerca de 24.000 visitantes, o melhor arranque de sempre da Feira de Março, evidenciando, desde logo, a forte adesão do público. No balanço final, verificou-se um crescimento de 13% no número de visitantes relativamente a 2025, correspondendo a cerca de 620.000 visitantes ao longo dos 34 dias do evento, o que representa uma evolução significativa face ao ano anterior. Também merece destaque a venda de, cerca de, 110.000 bilhetes, dos quais 12%, através da nova modalidade de bilhete de família, uma medida que procurou reforçar a componente familiar do certame e que teve uma adesão muito relevante por parte dos visitantes. Nos primeiros dias da Feira, esta modalidade chegou mesmo a representar cerca de 20% das entradas vendidas. Entre as novidades introduzidas em 2026, destaca-se ainda a criação da nova tenda de restauração, concebida para melhorar as condições de conforto, organização e acessibilidade da área alimentar, respondendo a uma necessidade identificada em edições anteriores. Estes números demonstram que a Feira de Março continua a ser um importante motor de dinamização económica para Aveiro. O impacto gerado no comércio, na restauração, na hotelaria, nos transportes e em diversos setores de atividade, confirma a relevância estratégica deste evento para o Município. Contudo, os bons resultados não devem impedir uma reflexão séria sobre os desafios que persistem. Questões como a mobilidade, o estacionamento, a gestão dos fluxos de visitantes, a sustentabilidade ambiental e a valorização da participação das associações e agentes económicos locais devem continuar a merecer atenção nas próximas edições. A Feira de Março é um património coletivo dos aveirenses. O crescimento registado em 2026 demonstra a sua vitalidade, mas também reforça a responsabilidade de continuar a inovar, melhorar e valorizar o evento que há quase seis séculos faz parte da história da identidade do nosso concelho.”

Vogal Leonardo Emanuel Cristino Maio (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [50](#)

“No âmbito da apreciação sobre a atividade municipal, gostaria de destacar apenas duas iniciativas que refletem o compromisso do nosso Município com os jovens e com a cultura aveirense. Em primeiro lugar, importa enaltecer o sucesso da Assembleia Municipal Aveiro Jovem, uma iniciativa que teve início no mandato anterior e que tem vindo a consolidar-se, ano após ano, como um verdadeiro espaço de participação cívica. É

particularmente positivo verificar a forte adesão dos jovens e a qualidade das propostas apresentadas em áreas tão diversas como a mobilidade dos transportes, a saúde, a cultura, a sustentabilidade e até mesmo a participação democrática. Em segundo lugar, gostaria de salientar a realização de mais uma edição do Campus Jazz, uma excelente iniciativa promovida pela Universidade de Aveiro em parceria estreita com a Câmara Municipal de Aveiro. O concerto de abertura ‘Out in the city, blooming in a cold world outside’ voltou a demonstrar a qualidade deste projeto que alia criação artística, formação e proximidade com a comunidade, reforçando Aveiro como um território de cultura, criatividade e inovação.”

Vogal Manuel Veríssimo Póvoa Morgado Marques (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [51](#)

“Uma saudação muito especial e muito carinhosa, porque é a segunda vez que intervenho nesta Assembleia e queria fazer uma intervenção muito positiva. Significa que eu queria recordar e partilhar com todos que está a decorrer o centenário da Banda de Eixo. Nós não temos muitas bandas no concelho. Ela, por acaso está em Eixo, não está na avenida, talvez se estivesse na avenida era capaz de ser um bocadinho mais interessante, mas a Banda teve um concerto no Teatro Aveirense, no dia 31 de maio, concerto esse que era uma grande gala, que tinha dois músicos convidados, um o Henk Page, recordar que é um saxofonista, a nível mundial, excelente, foi ele um dos fundadores do quarteto de saxofones de Amesterdão em Aveiro, juntamente com o Fernando Valente que já nos deixou há uns anos, há quase 30 anos, e fez uma intervenção musical em que a Banda acompanhou fabulosa, do melhor que se podia ter assistido. A segunda parte teve uma artista convidada que foi a Diana Basto, do Porto, que cantou acompanhada pela Banda, como ela nos habitou, excecional. Isto para ressaltar que este centenário da Banda de Eixo, da Associação Recreativa da Banda de Eixo fez um espetáculo no Teatro Aveirense fabuloso e eu não estou aqui a poupar nos adjetivos. E este concerto que teve a plateia cheia, não teve ninguém da Assembleia, nem da Câmara, nem dos partidos, ninguém lá pôs os pés, o que me deixa um bocadinho, é pouquinho. E era este desafio que eu queria, todos nós falamos de cultura, e era isto que eu queria partilhar e tornar público o imenso gosto e a saudação ao centenário da Banda de Eixo que teve um concerto, uma gala fabulosa.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara: [52](#)

“Começo aqui pelo caríssimo companheiro Veríssimo, que até rima. Veríssimo, muito bem feita a referência aos 100 anos da nossa Banda de Eixo. Um abraço para Eixo e para a Banda, à sua história e, sobretudo, ao seu presente e futuro. Nós temos muita gente nova em várias bandas, em várias filarmonias, é uma riqueza cultural que nós temos aqui em Aveiro e que prezamos muito. A Câmara Municipal esteve lá representada, o Presidente não esteve presente, porque o Presidente não consegue estar em todo o lado, felizmente, e fico muito contente se, naturalmente, o Presidente é convidado para estar, enfim, nas 10 Freguesias e não dá, muitas vezes, não é uma desconsideração, mas esteve o Senhor Vereador Pedro Almeida, que acompanhou com muito interesse. Penso que não conseguiu

ficar mesmo até ao fim, porque, entretanto, ele próprio também já tinha um outro compromisso. Nós não somos muitos, mas tentamos estar presentes e não houve aqui nenhuma forma de desconsideração, antes pelo contrário. Mas agora, Veríssimo, ainda bem, referindo, queria também lembrar aqui o que aconteceu nos últimos dias. Dia 10 de junho, dia de Camões, da Pátria, de Portugal e das Comunidades Portuguesas, foi este ano comemorado em Aveiro com particular sentido. Recordámos a história do Batalhão de Infantaria de Aveiro, depusemos uma coroa de flores no Soldado Desconhecido e houve a edição de um livro, por parte do nosso conhecido, Angelino Sousa. Mas não houve só isso, houve também cultura camoniana. Enfim, as pessoas, se calhar, não aderem tanto, tivemos dois camonianos a falar sobre Camões, como raramente se poderia ter oportunidade de ter em Aveiro, inclusivamente, estava lá um miúdo, eu pensei está ali com a mãe, porque a mãe não teve onde o deixar e aquele miúdo fez uma intervenção brilhante, devo-vos dizer, a questionar os autores sobre o grande Luís de Camões. Ontem tivemos um intérprete dos Lusíadas que, de cor, foi percorrendo os cantos dos Lusíadas com alguma polémica à mistura, porque é a sua forma de estar, mas somos um país, uma terra democrática e cada um lê os Lusíadas, também, à sua maneira e há muitas interpretações. Já agora que referiu esse elemento cultural, eu tinha passado aqui o 10 de junho e nós, este ano, demos aqui uma grande ênfase e vamos continuar a dar ênfase ao 10 de junho, dia de Portugal e de Camões. João Ribeiro, desta vez vem preocupado com a planificação do betuminoso. Eu pensava que o João vinha dizer assim: 'alvíssaras, chegou o betuminoso'. Isto, realmente, não é fácil, mas ele está aí. Na verdade, houve um procedimento complexo que incluiu uma série de fases, da tal contratação pública, depois uma interrupção, porque se pediu que se releve o impedimento de uma determinada empresa, que foi despachado para não atrasar a autorização dada imediata. Até que, finalmente, quando nós temos o dito betuminoso, que toda a gente anseia e aqui foi referido os buracos e as estradas por todo o concelho, qual é a preocupação do PS: queremos a planificação. Nós não temos, não estejam preocupados com a planificação, porque, realmente, acabaram de ver e todos sabemos que as necessidades são tantas. Realmente diz 'é muito betuminoso' temos que também haver aqui uma coerência. Afinal de contas, há muitos problemas, ou não há? Agora é o betuminoso que é demais, face à percentagem. Nós avançamos, é um concurso que vai resolvendo necessidades em permanência. Há uma coisa que nós vamos fazer é preparar imediatamente o próximo, porque isto é que não pode acontecer. Portanto, estamos focados, está aí o betuminoso, agora vai andar para a frente a pavimentação também. Eu não queria estar a anunciar isto, o João é que pediu. Não queria pelo seguinte, eu quero ver as realidades e o povo quer ver é a obra a acontecer. Eu não vinha para aqui anunciar isto, João, não vinha, porque realmente queremos ver é obra feita e é isso que nós precisamos. Leonardo Maio falou na Assembleia Municipal Jovem. É uma iniciativa da maior importância, tenho dado destaque, dei muito destaque ao longo dos anos, enquanto Presidente da Assembleia Municipal, citando as propostas dos alunos em pleno 12 de maio e queria vos dizer que nós levamos a sério, muito a sério, aquilo que são as propostas dos alunos das nossas escolas. Nós dialogamos com as pessoas e também dialogamos com as crianças e com os jovens, permanentemente. Ainda há uns dias fizemos uma ação de prevenção do tabaco ou da dependência do tabaco

e estive a falar com jovens, que estavam ali no mercado Manuel Firmino, sobre o que é que vocês acham, porque é importante ouvir pois têm sempre uma perspetiva diferente da nossa e as crianças também e eu ouço-as. E ali, o que é que nós devemos fazer para melhorar? Ficaram assim, o que é que fazemos, o que é que não fazemos, a prática do desporto. E nós vamos levar muito a sério a questão do desporto saudável e traremos aqui os anúncios em breve desse empenhamento fortíssimo nessa política do desporto e saúde. O Gonçalo Caetano Alves falou aqui temas muito importantes, as estações náuticas, estamos a dar força. Há dias, realizou-se aqui uma etapa da peregrinação à vela a Santiago, no contexto de velejadores e, também, um ponto de encontro das várias estações náuticas que são pelo país todo. Aveiro já fez este trabalho e nós estamos empenhados em, digamos no bom sentido, explorar ao máximo tudo o que tem a ver com o conceito das estações náuticas. Há outros municípios estão a querer arranjar uma estação náutica de qualquer das formas. Portanto, tem um potencial enorme, como bem disse. Aliás, a área náutica é para nós estratégica, que fique bem claro, tanto a nível do desporto e de formação, como noutras vertentes e, nomeadamente, nós não podemos continuar a ver passar os barcos e os iates ao largo. Aveiro, tem que se colocar na linha da frente para conseguir que, eu não tenho hipótese de ter um iate, mas quem tenha passe aqui, pare e deixe aqui valor. Isso é muito importante, do ponto de vista estratégico, para Aveiro. E, portanto, nós estamos a trabalhar para que possamos vir a ter uma marina atlântica em Aveiro, porque Aveiro merece, justifica e tem potencial mais do que demonstrado para isso. Não é para fazer na semana que vem, mas é um trabalho que estamos a desenvolver e ainda bem que referiu aqui a área náutica, porque ela é, de facto, estratégica. E referiu, e bem, os ativos estratégicos como, por exemplo, a questão da Tech City, o património que nós fomos construindo da associação de Aveiro, juntamente com a Universidade, com as empresas de alta tecnologia e marcar Aveiro como uma cidade tecnológica, e isto reforçado pelo recente quadro legislativo da ZLT, tem aqui algo, também, de um ativo estratégico fundamental em que nós vamos apostar. Senhor Deputado, estas são as questões, realmente, que interessam ou as principais questões que interessam para o futuro do ponto de vista estratégico. Foi aqui referido, e muito bem, que nós estamos a fazer, chamámos cimeiras, Aveiro-Ílhavo, eles dizem Ílhavo-Aveiro, como é normal, é nos dois sentidos. Cimeiras, porque queremos dar um ar, de facto, de importância estratégica, de concertação entre os dois Municípios, porque são múltiplos os dossiers. Quero lembrar, por exemplo, o Parque Ciência e Inovação. Aveiro não pode ficar ao lado dos desenvolvimentos do Parque Ciência e Inovação e é preciso, portanto, criarmos acessibilidade do lado de Aveiro ao Parque Ciência e Inovação. Há todo um conjunto de questões muito importantes neste diálogo de Aveiro com Ílhavo, sendo certo que a posição estratégica deste Município no conjunto dos Municípios vizinhos, no futuro próximo, vai criar aqui novas realidades de sinergias, desde logo com Ílhavo, mas também com Águeda, por força desta proximidade que nos vai colocar a 10 minutos da cidade de Águeda, mas também com Albergaria, também com Estarreja. O que é que nós temos que pensar também estrategicamente? As estratégias de mobilidade integradas, porque o futuro, não tenhamos dúvida, passará por uma maior integração destes Municípios. Foi referido pela Senhora Presidente Catarina Barreto, algo também muito importante, além disto, a

participação no Portugal Nação Global. Foi uma iniciativa do nosso Secretário de Estado Emídio Sousa de aproximação da diáspora portuguesa, neste caso empresários, nomeadamente, com os Municípios e outros. E é assim que devemos trabalhar em rede, também, internacional, para bem da nossa economia, porque o que é importante, que há bocadinho falava-se de greves e por aí fora e os pacotes, sabem que é, com todo o respeito pelo direito à greve que, naturalmente, todos temos, é um direito constitucional, mas o que é importante é criar condições para que os trabalhadores tenham melhores salários. Captar empresas de elevado valor para que os seus trabalhadores sejam qualificados, porque há muito empresa aqui em Aveiro que faz formação, ela própria, e que remunera bem. As estratégias de desenvolvimento integrado, quando estamos a fazer isto, estamos a defender os interesses dos trabalhadores. Porque não tenhamos dúvida, um trabalhador que tem bons salários, que tem boas condições naquela empresa, certamente será um trabalhador que tem menos vontade de fazer greve, julgo eu. Agora, claro, nós podemos ir por o outro lado e apenas apostarmos em sim, senhor, venham as greves, paralisemos a economia, isso é que é bom para o país, é realmente isso que conta, talvez não seja tanto, o que é preciso melhorar é as condições de vida do povo português, na remuneração salarial, nas condições de saúde, foi muito falado aqui a questão do Hospital e eu vou dizer apenas o seguinte. Amanhã, precisamente, vai decorrer uma reunião, Senhor Deputado Armando Grave, entre a CIRA, entre a nova administração da ULS e, naturalmente, a Câmara de Aveiro está representada também na CIRA e a Universidade. Concordo inteiramente e todos somos poucos, Senhor Deputado, por esta luta. Nós não podemos aceitar que Aveiro tenha um hospitalzinho de segunda categoria, não podemos aceitar. Como disse, e muito bem, estamos a falar de uma região, são 300.000 pessoas e não podemos aceitar menos do que um hospital qualificado, com condições e capacidade de resposta para que os aveirenses não tenham que ir para Coimbra ou para o Porto para resolver um problema cardíaco de urgência, isto é inaceitável. Agora, a Câmara não é o Ministério da Saúde, já fez muito, eu disse aqui várias vezes, fizemos tudo o que estava ao alcance, disponibilizando os melhores terrenos, estão aqui ao vosso dispor. Continuamos atentos, a trabalhar em parceria para que, de facto, esse objetivo, que deve ser de todos, seja alcançado. Agora há uma coisa que eu deixo claro, a Câmara Municipal de Aveiro defenderá sempre, em primeiro lugar, os interesses de Aveiro, que fique isto claro em todas as instâncias, somos parte de uma solução, queremos uma solução, mas estamos aqui para defender, naturalmente, e em primeiro lugar, os interesses dos nossos munícipes, porque fomos eleitos exatamente para isso. Houve aqui a referência, Senhora Deputada Ana Oliveira, à questão da infância mais vulnerável. É um trabalho da maior relevância que é feito, naturalmente, no quadro da CPCJ e, como disse e muito bem, a Câmara presta todo o seu apoio a este organismo e é uma área de grande relevância que não deve mesmo ser escamoteada e, pelo contrário, deve ser trazida à luz da opinião pública, por tudo o que está em causa. Quanto às questões da habitação, é um tema que será recorrente, obviamente que será, nós vamos ter que fazer uma atualização à estratégia local de habitação, já tinha referido isso publicamente, essa atualização virá aqui depois para permitir determinados objetivos que a estratégia, conforme está, não permite compaginar. Estamos e iremos, obviamente, tratar, Senhora Deputada, sobre o parque habitacional

existente, mas não desvalorize aquilo que, entretanto, se vai conquistando. Demorou 2 anos, pois demorou. Se arranjar quem faça mais rápido, respeitando a contratação, vamos pegar nessa solução com todas as mãos. Pronto, o importante aqui, vamos ser positivos, agora foi este número de casas, agora estamos a trabalhar sobre as restantes para depois serem entregues a quem efetivamente precisa delas, porque também temos que avaliar as situações de abuso, não vale a pena fingir que não, porque também as há e, nomeadamente, o Executivo anterior fez esse trabalho corajoso de afastar o trigo do joio, porque havia ali muito joio no meio do tal parque habitacional. Nós não podemos aceitar que pessoas por exemplo, bem eu vou dizer isto, é mais um escândalo como a história que se eu tiver tempo ainda vou ali responder Não é admissível, acho eu, para o senso comum, que uma pessoa esteja num bairro social a pagar, às vezes, rendas de 20 e tal euros ou 30 e saia num carro topo de gama. Desculpem lá, acho que é esquisito e, portanto, sim senhor, é preciso, há muita gente à espera, mas tem que haver, desculpem, não vão dizer que isto não existe, porque a gente sabe e nós estamos atentos a estas situações. Pronto, habitação social para quem precisa da habitação social, porque a pessoa que está a ocupar indevidamente, está a impedir que uma pessoa e uma família que realmente precisa, tenha esse acesso constitucional ao direito de habitação. Portanto, nesta problemática da habitação social é preciso rigor e, naturalmente, avaliarmos qual o número de habitações que, de facto, é preciso construir de novo. E nós já dissemos, Senhora Deputada, até em campanha, que não tínhamos nenhum preconceito em relação a isso. Avaliando, havendo necessidade, avançamos. Agora, estamos a fazer muito trabalho que vai transformar radicalmente o panorama da habitação. Esse trabalho não é visível neste momento, porque ele está a ser feito, estou a explicar, está a ser feito em sede de planeamento. E em sede de planeamento, nós estamos a fazer um trabalho que não se vê, mas que quando estiver pronto, vai virar completamente a página da realidade do mercado habitacional no Município, assim todos nos ajudem, quando se tornar necessário as devidas aprovações pelos órgãos deliberativos e fiscalizadores, como é o caso. Senhor Deputado Fernando Nogueira, o que é que eu hei de dizer sobre isto? Eu nunca me meti nos acordos do PS com o Bloco de Esquerda, com o Partido Comunista. Achava aquilo estranho, o Mário Soares sempre quis distância do Partido Comunista e, entretanto, o PS juntou-se com o Partido Comunista, o Mário Soares deve ter dado, sei lá, quantas voltas dentro do seu sagrado túmulo, mas nunca comentei, é assunto deles. Nem eu, nem quem aqui esteve antes. Vieram aqui uma vez em coligação com o PAN, alguma vez nós andámos a pedir para mostrarem o acordo, não temos nada a ver com isso, é assunto deles. Eu compreendo, porque o Partido Socialista apostava tudo noutra estratégia própria e as coisas não correram assim como pensavam, não é? Pronto, o mais importante disto e para a população, porque eu não vou desenvolver esse tema, porque, de facto, acho que não faz sentido nenhum estarmos a discutir aqui, o que eu vou dizer e mais dirigido à população que nos segue é o seguinte, para que não haja mais pequena sombra de dúvidas. Nunca estive, nem poderia estar, em causa a nossa coligação Aliança com Aveiro, não vale a pena tentarem, pronto, é uma tática que vêm de há séculos, tentar dividir para reinar, isso não entra, nem cola. Nós temos aqui um Executivo que, neste momento é composto até por independentes, sobretudo, mas também pelo PSD, pelo CDS, que foi nosso parceiro de sempre, e agora pelo CHEGA e garanto-vos uma coisa,

que é o que interessa a quem está lá em casa, é que todas as pessoas que estão aqui diariamente só pensam numa coisa, em resolver os problemas dos aveirenses. Nenhum de nós está preocupado, diariamente, quando vamos trabalhar, se isto é que é para o PSD, se isto aqui é para o CDS, se isto aqui é para o CHEGA, nenhum de nós está preocupado com isso. E foi em nome da resolução dos problemas grandes, macro dos aveirenses, que nós, felizmente, apelando ao aveirismo das pessoas em causa que, obviamente, cada um de nós num acordo, tem que deixar algo de lado, isto é mesmo assim na vida e foi por esse motivo e porque somos aveirenses e porque sentimos que é necessário, de facto, resolver assuntos estratégicos para Aveiro que, felizmente, houve pessoas aqui em Aveiro com um bom senso tal, que deixaram de lado divisões, que foram claras em determinada altura, em nome de construir, no fundo, aquilo que era o nosso lema de candidatura, que era a felicidade para os aveirenses. É este o projeto, é nisto que estamos a trabalhar praticamente sequer lembrando das cores partidárias que nos elegeram a cada um de nós. E devo dizer, para terminar, transcorrido este tempo, que não é muito, eu só tenho para dizer bem do ritmo de trabalho e do entendimento que tem sido observado no seio do Executivo Municipal. Todos trabalhamos só a pensar na resolução dos problemas, que aqui foram colocados alguns, mas há outros que são de mais difícil resolução, sobre os quais os Senhores, leia-se Partido Socialista, se colocaram de fora, no seu direito, e que exigiam uma concertação de homens e mulheres de boa vontade e por Aveiro."

Membros da Assembleia

Vogal João Tomás Lopes Paixão (LIVRE) - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [54](#)

"Vou tentar ser o mais breve possível para, também, não estar a impedir ninguém. Eu gostava só primeiro de repor a verdade sobre a intervenção do Senhor Deputado Armando Grave, realçando que o LIVRE nunca fez parte da geringonça, nunca fez, isso não é verdade, eu não sei qual é que é a sua fonte, mas irei ter muito interesse em lê-la, posteriormente. Peço, também, desculpa à Mesa pela réplica que fiz durante a intervenção do Senhor Deputado. Por fim, também para não me alongar e não tinha planeado fazer este comentário, mas gostava só de referir ao Senhor Presidente do Executivo que garante o trabalho e pela felicidade dos aveirenses, mas eu também lhe garanto uma coisa que é, se à data de votação, as pessoas que votaram na Aliança soubessem que isso ia dar num acordo com o CHEGA, lhe garanto que muita dessa votação não tinha ido para si."

Vogal Fernando Manuel Martins Nogueira (PS) - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [56](#)

"Os pontos de divergência são públicos, as respostas concretas não tivemos. E só lhe quero dizer uma coisa que é em nome do progresso e de construir o futuro e a felicidade, que é o que o Senhor, na maior parte do tempo quer, não se aceita tudo. E o Senhor não é o grande timoneiro. E os amanhã talvez cantem, mas não sabemos se cantam para o seu lado. Relativamente às casas, convinha que Senhor lesse o seu próprio relatório, o relatório da sua instituição, sobre as pessoas que acedem às rendas e quantas são as que têm rendas com 22, entre 22 e 25. E, por outro lado, é de muito mau gosto o preconceito

que aqui mostrou, mesmo que haja casos, das duas uma, ou os quantifica ou é melhor que não os use como o exemplo. E mais, devo também dizer-lhe que disse ‘ainda bem que o Senhor Presidente que veio antes, pôs ordem na casa e dividiu o trigo do joio’, sabe qual foi a sua conclusão? Havia lá muito joio, nunca há muito trigo, há sempre muito joio. E isso é uma visão que define uma posição preconceituosa sobre as necessidades dos outros. Já agora, e para acabar, o Senhor não me respondeu sobre a Fan Zone e essa é uma questão importante e não responde aqui, mas responderá noutro sítio. Relativamente à Homem Cristo, é realmente um ponto de clivagem, disse que respondeu aos aveirenses, mas ficámos na mesma.”

Vogal Catarina Maria Dias Pinheiro Peralta Feio (PS) - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [57](#)

“Eu quero esclarecer, porque parece que há aqui alguma confusão. Habitação a custos controlados, não é habitação municipal e não é construir habitação pública. É, sim, o empreendimento privado construído no regime de habitação a custos controlados que beneficia de incentivos fiscais. Mas, então, eu aproveito para perguntar quanto custa um arrendamento T2 ou T3 em habitação a custos controlados em Aradas? Ou, então, quanto custa comprar um T3 nessas habitações? Porque vamos ser sérios, isto está noticiado. Essas 1.000 famílias, como referia, não conseguem comportar esses custos. Das duas uma, ou não conhecemos, ou então estamos perante uma grande, grande insensibilidade para com os aveirenses, mesmo grande insensibilidade habitacional. Senhor Presidente, eu fiz uma pergunta concreta e de extrema importância para Aveiro. Evidentemente que não há empreiteiros para concursos que ainda não foram lançados. 25 casas municipais devolutas, perguntamos, está a ser desenvolvido o projeto de arquitetura para fazer o caderno de encargos e para avançar com a empreitada? E depois, sim, Senhor Presidente, pode, então, dar a desculpa de empreiteiros.”

Vogal Catarina Marques da Rocha Barreto (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [58](#)

“Senhor Presidente, pedido de esclarecimento à Senhora Deputada. Se a Senhora Deputada sabe o valor que a Câmara Municipal de Aveiro abdicou de deixar de receitas nos custos controlados de Aradas, em concreto, quanto é que foi abdicado de receita?”

Vogal Catarina Maria Dias Pinheiro Peralta Feio (PS) - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [58](#)

“Então, esclareça os aveirenses, quanto é que está o preço das rendas, quanto é que está o preço da compra da habitação? Mas eu comecei primeiro, eu fiz primeiro a pergunta, peço desculpa. É esta a pergunta, é isto que interessa aos aveirenses.”

Vogal Cláudia Maria Cruz Santos (PS) - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [59](#)

“O Partido Socialista estava no uso do seu tempo para, na segunda ronda, pedir esclarecimentos sobre a absoluta ausência de respostas do Senhor Presidente da Câmara

às perguntas que tinham sido feitas. E a Senhora Deputada Catarina Barreto interveio a meio dessa segunda ronda para se dirigir a uma Deputada Municipal do grupo municipal do Partido Socialista, fazendo uma pergunta que, querendo, poderia ter endereçado ao Senhor Presidente da Câmara, porque aquilo que pretende saber é quanto é que a Câmara Municipal de Aveiro transferiu para a Junta de Freguesia de Aradas. Portanto, tudo isto tudo isto parece um pouco irrazoável, tudo isto parece um pouco absurdo. Aquilo que nós queríamos vincar é que no uso dos poderes regimentais relacionados com o exercício da palavra na segunda ronda, nós estávamos, mais uma vez, a tentar que o Senhor Presidente da Câmara respondesse a perguntas muito concretas que vou, mais uma vez, elencar. Um, porque é que a Fan Zone foi tão cara, tão mais cara do que todas as outras e não está a funcionar? Dois, no âmbito do acordo com o CHEGA, havendo divergências públicas entre a Aliança e o CHEGA sobre o destino da Escola Secundária Homem Cristo, plano de pormenor do Cais do Paraíso e Avenida, havendo divergências, o que é que desse acordo resulta para o enfrentamento destas três questões vitais para o Município?”

Vogal Catarina Marques da Rocha Barreto (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [60](#)

“Em primeiro lugar, o pedido de esclarecimento é uma figura regimental que utilizei no final da intervenção e que o Regimento me permite. Se não conhecem essa figura regimental, ela já é antiga. Depois, esclarecer aqui para não haver qualquer dúvida, porque não se pode levantar falsas suspeitas. E a Junta de Freguesia de Aradas, as verbas que recebe da Câmara Municipal de Aveiro são públicas, como a União de Freguesias da Glória e Vera-Cruz, as verbas que recebe da Câmara Municipal de Aveiro são públicas e todas as outras autarquias. A Junta de Freguesia de Aradas não recebe nenhuma verba da Câmara Municipal de Aveiro que não seja pública. E a Senhora Deputada Cláudia Santos se mantiver esta afirmação, deve prová-la.”

Vogal Joaquim Manuel da Silva Marques (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [61](#)

“Esta questão da habitação social e dos apoios é muito interessante, porque estamos a dirigir-nos para um público em particular que são os coitadinhos, mas os outros coitadinhos que trabalham a vida inteira para pagar as suas casas.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara: [63](#)

“É evidente que os custos controlados é uma estratégia em que, pela sua própria definição, custos controlados, se consegue reduzir face aos preços de mercado, isto é daquelas verdades de La Palice. Quanto à questão, é evidente que a situação da habitação em Aveiro não é boa, como não é no país todo. Agora, o que nós temos é que ter aqui calma e não fazer como um membro do Partido Socialista que, entretanto, pelos vistos, por causa do preço das casas noutra cidade, não era em Aveiro, o homem resolveu fazer protestos e mais protestos, o último dos quais foi atirar umas bombas e teve que ser detido, porque, de facto, não respeitava a liberdade dos outros. E, portanto, nós temos que ter aqui

discernimento nestas coisas. O problema da habitação é nacional. Estas notícias, olhem, para acalmar a malta no final da noite, isto é o anarquista, o tal do PS, claro que ele estava indignado há muitos anos, mas é um problema nacional, está a ver? Estou farto de dizer isto. Agora estamos a trabalhar para isso.”

O Presidente da Mesa, nos termos dos n.ºs 3 e 4, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da ata respeitante à reunião da Sessão, não se verificando oposição.

Depois de lida, a ata em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções.

Submetida à votação, a ata em minuta foi aprovada, por unanimidade, [64](#) cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente ata.

De seguida o Presidente deu por encerrada a reunião da sessão ordinária em junho, eram 24:00 horas do dia 15 de junho de 2026 e informou os Senhores Deputados que a sessão continuará no dia 17 de junho na sede da Assembleia Municipal.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva sessão, nos termos do disposto no artigo 46.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, _____ (Teresa Oliveira Bonifácio), Técnica Superior da Divisão de Atendimento Público e Apoio aos Eleitos Locais | Subunidade Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal.

O Presidente da Assembleia Municipal de Aveiro,